

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

8,5  
DM

**POÇO BRANCO NO CONTEXTO DA**  
**OCUPAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE**

*Sergio Adriano da Silva Cavalleiro*

NATAL/RN  
1999

*Sergio Adriano da Silva Cavaleiro*

# **POÇO BRANCO NO CONTEXTO DA OCUPAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE**

*Monografia apresentada à disciplina Pesquisa  
Histórica II, ministrada pela Professora Denise Mattos  
Monteiro, do Curso de História da Universidade  
Federal do Rio Grande do Norte, sob orientação do  
Professor Francisco Carlos Oliveira de Sousa.*

NATAL/RN  
1999

## AGRADECIMENTOS

Ao *Padre Cláudio Régio*, da Paróquia Nossa Senhora do Livramento de Taipu, pelo empréstimo para consulta do Livro Tombo da Igreja, importante documento para a elaboração desta monografia;

Ao pessoal do Cartório de Poço Branco, *Assis e Katarina*, pelo empréstimo do microcomputador para a digitação e impressão da monografia;

Ao *Senhor Antônio Saldanha Filho*, por ceder um exemplar de seu livro de memórias: *Taipu: minha cidade, minha saudade*, utilizado na pesquisa;

Ao *Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, pelo livre acesso aos livros de Datas e Sesmarias e obras consultadas;

A *Lauro Guedes da Fonseca*, artista da terra, pela elaboração de mapas da antiga cidade, pela orientação referente aos locais antigos da cidade velha e pela atenção e amizade;

Ao *Senhor Raimundo Rodrigues da Silva*, pelo empréstimo de seu material histórico, como documentos, fotos, mapa e anotações pessoais, além das importantes informações históricas prestadas;

Ao *Professor Walner B. Spencer e equipe do LARQ-UFRN*, pela pesquisa dos sítios arqueológicos existentes em Poço Branco, aceitando nosso convite;

Ao *historiador Jorge Tavares de Moraes Filho*, do Núcleo de Estudos Históricos do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da UFRN, pela atenção dedicada todas as vezes que utilizamos o acervo bibliográfico do NEH;

Ao *Professor Luiz Dutra de Sousa Neto*, pelas aulas de arqueologia, orientação e a maioria dos mapas que compõe este trabalho, além do interesse científico pela pesquisa dos sítios arqueológicos de Poço Branco;

Ao *Professor Francisco Carlos Oliveira de Sousa*, pelo competente e dedicado trabalho de orientação, apesar da exigüidade no tempo, contribuindo na difícil tarefa de produzir esta monografia;

E, em especial a toda a minha família,

*do Paraná*, que sempre me incentivou desde a primeira parte de minha vida acadêmica,

e *do Rio Grande do Norte*, pelo apoio nos momentos difíceis, e pela felicidade que me traz ao compartilhar todos os bons momentos que vivemos.

*para*

*Andreia e Marília*

*pela infinita capacidade de fazer  
com que a alegria de viver  
se renove a cada dia...*

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	01
2. PRÉ-HISTÓRIA.....	05
2.1 - As origens da presença humana.....	05
2.2 - O homem pré-histórico em Poço Branco.....	07
3. O POVOAMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE.....	11
3.1 - O descobrimento e as primeiras atividades.....	11
3.2 - A Capitania do Rio Grande.....	13
3.3 - O início do processo de colonização.....	13
4. O INÍCIO DA COLONIZAÇÃO EM POÇO BRANCO.....	16
4.1 - O primeiro documento oficial.....	16
4.2 - O surgimento de novos povoados.....	17
5. REFERÊNCIAS NA HISTORIOGRAFIA TRADICIONAL.....	20
6. POÇO BRANCO NO SÉCULO XX.....	24
6.1 - As primeiras instituições.....	24
<i>A Igreja</i> .....	25
6.2 - Poço Branco Velho.....	30
6.3 - A construção da Barragem de Poço Branco.....	31
6.4 - O rompimento da Barragem.....	34
7. ASPECTOS GEO-POLÍTICOS E CULTURAIS.....	35
7.1 - Geografia.....	35
7.2 - Toponímia.....	36
7.4 - Economia e política.....	38
7.5 - Cultura, lazer e imaginário.....	41
<i>O imaginário</i> .....	41
8. CONCLUSÃO.....	43
9. BIBLIOGRAFIA.....	46
10. FONTES.....	48
11. ANEXO	
11.1 - Mapas	
11.2 - Fotos	
11.3 - Documentos	

## **Lista de Abreviaturas**

**AMA** - Associação de Moradores de Acauã

**CAERN** - Companhia de Abastecimento de Águas e Esgoto do Rio Grande do Norte

**DNOCS** - Departamento Nacional de Obras Contra a Seca

**DNOS** - Departamento Nacional de Obras e Saneamento

**FPM** - Fundo de Participação dos Municípios

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**ICMS** - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

**IDEC** - Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente

**IHGRN** - Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte

**LARQ** - Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**PFL** - Partido da Frente Liberal

**PL** - Partido Liberal

**PMDB** - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

**PSB** - Partido Social Brasileiro

**PTB** - Partido Trabalhista Brasileiro

**RN** - Rio Grande do Norte

**SETAS** - Secretaria de Trabalho e Assistência Social do Rio Grande do Norte

**UFRN** - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

## **Lista de Fotos**

**Foto 1 - Capela Coração de Jesus**

**Foto 2 - Família no Rio**

**Foto 3 - Cartão de Final de Ano**

**Foto 4 - Barragem de Poço Branco**

**Foto 5 - Torre da casa de máquinas**

**Foto 6 - A Torre e o tempo**

**Foto 7 - O nível das águas**

**Foto 8 - Pôr do sol na barragem**

**Foto 9 - O vale do rio Ceará-Mirim**

**Foto 10 - O comércio**

**Foto 11 - Povoado de Acauã**

**Foto 12 - O tanque das crianças**

**Foto 13 - Transporte no interior**

**Foto 14 - Desabamento**

**Foto 15 - A seca**

**Foto 16 - Extração de calcário**

## 1 - INTRODUÇÃO

Em *Poço Branco no contexto da ocupação do Rio Grande do Norte*, é apresentada a história do município de Poço Branco, desde a presença dos primeiros homens pré-históricos, até a emancipação política do município, em 1963, quando além do desligamento de Taipu, cidade a que pertencia como distrito desde 1958, o povoado é transferido de local em função da construção da Barragem Engenheiro José Batista do Rego Pereira, a partir de 1959, no Rio Ceará-Mirim, que inundou o local onde originalmente estava Poço Branco.

O tema aborda a princípio o período pré-histórico, no que se refere aos sítios arqueológicos existentes no município, apresentando pinturas rupestres com no mínimo 2 mil anos e material lítico de origem tapuia, o que levanta a hipótese de que antes do período da conquista do Rio Grande do Norte, a região compreendida pelos limites do atual município de Poço Branco era área de ocupação indígena da nação Tarairiú, e não Tupi, como se afirma. Historicamente, há comprovação de que durante o século XVII e início do século XVIII, o território referido era o mais extremo povoado da capitania do Rio Grande, um dos pontos preferidos para a ocupação, em função da fertilidade das terras ribeirinhas do rio Ceará-Mirim. Além disso, comprova-se que a origem de Taipu não ocorreu em consequência do aldeamento indígena jesuíta de Itaipi, como afirma Câmara Cascudo em algumas de suas obras, pois esta aldeia localizava-se às margens do rio Potengi, sem nenhuma relação com a região de Taipu<sup>1</sup>. A relevância dessa origem surge quando se percebe em documentos como Datas de doação de terras e o Livro Tombo da igreja de Taipu, a diferenciação entre Taipu-do-Meio e Taipu Grande, que correspondem aos atuais municípios de Taipu e Poço Branco, respectivamente. Há ainda o período em que as férteis

---

<sup>1</sup> Taipu, do Tupi *Itaipi*, significa Olheiro de pedra.



várzeas do rio Ceará-Mirim são abandonadas pela população, inclusive indígena, que deixou a região fugindo do terremoto ocorrido em 1809. Nas décadas seguintes novas famílias ocuparam o vale dando origem ao povoado que se desenvolveu até 1959, quando foi iniciada a construção da barragem de Poço Branco, e o povoado foi transferido para um local não atingido pelas águas do lago. Portanto, percebe-se claramente uma divisão da trajetória de Poço Branco em quatro períodos distintos: pré-histórico, colonização, recolonização, e emancipação política.

A justificativa desta pesquisa é a de que até o momento, os raros e importantes trabalhos produzidos que trazem informações sobre a história de Poço Branco, como algumas passagens em livros e pesquisas escolares realizadas na própria cidade, não fornecem um panorama histórico desde a colonização de forma agrupada, havendo citações isoladas, sendo que é deixada uma lacuna histórica de mais de dois séculos, fundamental para que se compreenda o processo histórico da formação de Poço Branco. Essas publicações e pesquisas, embora isoladas, foram de grande importância na elaboração desta monografia, que tem como objetivo reunir o maior número possível de informações históricas sobre Poço Branco, dentro de suas limitações, para que as lacunas citadas sejam minimizadas, e assim sirva de fonte de consulta para outros pesquisadores e para professores da cidade, ou mesmo a população em geral, que terá a oportunidade de conhecer mais sobre a memória e o patrimônio histórico de Poço Branco. O empenho em se produzir esta monografia dá-se em função da inexistência de um trabalho que abordasse a História de Poço Branco de forma geral, havendo apenas algumas citações rápidas e incompletas, privilegiando apenas alguns aspectos, épocas ou famílias de Poço Branco, impossibilitando uma visão mais abrangente do contexto histórico em que o povoado se desenvolveu até às atuais características. Ainda considera-se relevante em função de que são poucas as obras que tem como objetivo pesquisar a história de municípios.

As principais fontes bibliográficas utilizadas foram os livros de Luis da Câmara Cascudo, com o título *Nomes da Terra: história, geografia e toponímia do Rio Grande do Norte*, publicado em 1968 pela Fundação José Augusto, apresentando informações sobre todos os municípios do estado, até então existentes, trazendo informações sobre Poço Branco especificamente e outras localidades pertencentes ao povoado e região, fundamentais na compreensão do contexto histórico local, bem como *História do Rio Grande do Norte*, publicado em 1955, que também apresenta alguns dados isolados sobre Poço Branco, implicitamente em seu texto. Manoel Correia de Andrade, em *A produção do*

*espaço norte-rio-grandense*, publicado em 1981, apresenta informações sobre o processo de conquista e colonização da Capitania do Rio Grande, relevante no contexto histórico em que Poço Branco está inserido, embora a localidade não seja citada especificamente. Esclarece ainda sobre a atividade açucareira no vale do rio Ceará-Mirim, pertinente no contexto de construção da Barragem Engenheiro José Batista do Rego Pereira, a partir de 1959. Não menos importante foi a obra de Marlene Mariz e Luis Eduardo Brandão Suassuna, em *História do Rio Grande do Norte Colonial (1597/1822)*, publicado em 1997, que revela didaticamente o processo de formação histórica do Rio Grande do Norte em seu período colonial e a importância de seu território num contexto mais amplo. Uma série de outras obras foram utilizadas, como Betty Meggers, em *América pré-histórica*, de 1979, que nos ajuda a esclarecer o processo de ocupação do território americano e conseqüentemente brasileiro e norte-riograndense, contribuindo na compreensão da presença de homens pré-históricos em Poço Branco, como é comprovado pelos sítios arqueológicos encontrados. Nessa mesma área foi consultada a obra *Proto História do Rio Grande do Norte*, de Tarcício Medeiros, que traz importantes informações arqueológicas sobre o Rio Grande do Norte, inclusive Poço Branco.

O Livro Tombo da Paróquia de Nossa Senhora do Livramento, de Taipu, escrito a partir do início do século XX pelos párocos e traz diversas passagens sobre as capelas e povoados abrangidos por aquela paróquia, inclusive Poço Branco, desde meados do século XIX e os Livros de Datas e Sesmarias foram as principais fontes documentais utilizadas, além dos vestígios arqueológicos, como pinturas rupestres e material lítico (pedras lascadas). Outras fontes utilizadas foram os dados estatísticos do censo do IBGE, de 1996, do IDEC, de 1997, e da SETAS, de 1998, além de fotos e mapas.

Em função das raras referências bibliográficas acerca de Poço Branco, e mesmo sobre a região do Mato Grande a qual pertence o município, foi feita opção de realizar uma pesquisa mais abrangente em termos de espaço temporal, pois seria impossível proceder um corte cronológico mais específico por falta de material bibliográfico disponível que fosse suficiente para realizar uma pesquisa. Foi aberto espaço ainda, para os aspectos sócio-culturais e para o imaginário, onde apresentamos a Lenda da Pedra da Mina. A história de Poço Branco foi analisada dentro do contexto histórico norte-riograndense, que por sua vez se insere num contexto mais amplo de História do Brasil e História Geral.

A metodologia utilizada foi sobretudo a análise bibliográfica, em contraposição com a documentação levantada durante a pesquisa e as fontes, fazendo com que em termos

históricos, o povoamento das terras que atualmente fazem parte do município de Poço Branco seja um dos mais antigos do interior do Rio Grande do Norte.

A história de Poço Branco não apresenta nenhuma descoberta fantástica ou a trajetória heróica de grandes desbravadores. Ao contrário, em muito assemelha-se com o que se conhece de uma série de localidades interioranas do Rio Grande do Norte, ou qualquer outra parte do Brasil. Poço Branco é apenas mais uma destas cidades, com seu povo, sua cultura e sua história.

## 2 - PRÉ-HISTÓRIA

### 2.1 - As origens da presença humana

As origens do homem americano ainda geram inúmeras teorias por pesquisadores, sendo que a tese mais aceita é a de que o nosso continente tenha sido atingido por grupos humanos na América do Norte, através do Estreito de Bering, vindos da Mongólia, no continente asiático, durante a última era glacial, há aproximadamente 50 mil anos atrás. Neste período, a formação das geleiras fez com que o nível das águas do mar permanecesse mais baixo, fazendo surgir um corredor terrestre entre a Ásia e a América do Norte, tornando possível a passagem de várias espécies de animais, inclusive o homem. Depois de um período de submersão de aproximadamente 12 mil anos, o corredor reapareceu entre 28 e 10 mil anos atrás tornando o trânsito possível durante algumas épocas neste período. (Meggers, 1979)<sup>2</sup>

Outras teorias acerca das origens do homem americano sugerem que povos vindos da Austrália através da Polinésia teriam alcançado a América do Sul. Embora essa teoria tenha sido cientificamente provada (Rivet, 1990)<sup>3</sup>, o contingente humano originário dessa migração não teria sido em número suficiente para colonizar o continente como um todo.

O território do Rio Grande do Norte encerra um capítulo à parte neste campo de pesquisa, em função dos estudos arqueológicos realizados e, sobretudo, por sua localização e características geográficas. O território é limitado a leste e norte pelo Oceano Atlântico, e

---

<sup>2</sup> MEGGERS, Betty J. *América Pré-Histórica*. 1979.

<sup>3</sup> RIVET, Paul. *As origens do homem americano*. 1960.

a oeste e sul por formações serranas que imprimem ao local a característica de um grande 'curral natural', dificultando a entrada e a saída de megafauna, ou seja, animais de grande porte. Pela região sul eleva-se a Serra da Borborema, e a oeste a Chapada do Apodi. (Atlas, 1990)<sup>4</sup>

Com essas características geográficas o território preservou vestígios de megafauna com até 6 mil anos de idade, encontrados inclusive em tanques que acumulam água sob afloramentos de granito. Entretanto, até o momento, foram localizados e exumados esqueletos humanos com até 9.400 anos de idade, como 28 ossadas encontradas no município de Parelhas, na região do Seridó. (Martin, 1990)<sup>5</sup> Assim, o intervalo de tempo de coexistência entre o paleoíndio norte-riograndense e animais de megafauna é pelo menos superior a 3 mil anos.

! A extinção da megafauna deve ter ocorrido no nordeste brasileiro, sobretudo no Rio Grande do Norte, em função de suas características físicas, entre o quinto e o sexto milênio, quando começou a extinção das pastagens pelo afogamento causado pelas chuvas torrenciais, e modificações climáticas no planeta com elevações consideráveis de temperatura, proporcionando o degelo dos polos e a ocupação pelo oceano dos espaços vazios, bem como a expansão da floresta atlântica, que então se alastrou e penetrou no sertão. O alastramento das florestas provocou a diminuição das pastagens, apressando a extinção da megafauna, provavelmente combatida pela feroz perseguição dos caçadores nômades especializados. Não houve tempo suficiente para que os grandes animais se adaptassem ao novo ambiente. Para o homem foi necessário adaptar-se ao novo clima e as condições de caça diferentes da que estava habituado, sendo necessário forjar um novo equipamento e pensar nas possibilidades de uma vida sedentária. (Medeiros, T. 1985)<sup>6</sup>

Além disso, o homem pré-histórico que viveu no Rio Grande do Norte deixou vestígios nas rochas, como gravuras e pinturas rupestres. As gravuras são manifestações mais antigas, bastando que fossem feitas incisões na pedra, ou simplesmente esculpindo utilizando algum material que servisse a tal propósito, como uma outra pedra, por exemplo.

/ As pinturas são mais recentes do que as gravuras, pois requeriam um maior conhecimento tecnológico para que fossem produzidas, como a preparação de tinturas e a escolha do local, por exemplo. Embora existam tentativas de decifrar pinturas rupestres, ainda não há

---

<sup>4</sup> Atlas escolar, 1990, p 36.

<sup>5</sup> MARTIN, Gabriela. *Pré-História do Nordeste do Brasil*, 1990, p 58.

<sup>6</sup> MEDEIROS, Tarcísio. *Proto História do Rio Grande do Norte*, 1985, p 77.

um consenso a respeito de qual o significado de tais representações, quanto a ser manifestações artísticas, escritas ou símbolos religiosos, sendo que em alguns casos as pinturas encontradas tornam-se características de um destes tipos, ou mesmo serviam como sinalização da existência de água ou caça, ou outro propósito, uma vez que o aparecimento de vestígios arqueológicos dessa natureza, são freqüentes em margens de rios e lagos e tanques.

## 2.2 - O homem pré-histórico em Poço Branco

Na região de Poço Branco, pelo menos dois sítios arqueológicos foram identificados pelo LARQ - Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e pelo Departamento de Arqueologia do Museu Câmara Cascudo, da mesma universidade. O primeiro sítio, chamado de "Pedra da Santa", na localidade do Inhandu, divisa entre Bendo Fernandes e Poço Branco, apresenta pinturas rupestres da Tradição Agreste sobre um lajedo de granito com três tanques que acumulam água doce, durante todo o ano, mesmo em períodos de estiagem. O sítio apresenta ainda material lítico em grande quantidade, sendo de origem tapuia, e notícias de ossos de megafauna, em refugos de um dos tanques, porém ainda não localizados e identificados. O local é um típico exemplo de refúgio para animais que, ao procurar água, muitas vezes encontravam a morte pelo ataque de caçadores nômades que ali permaneciam em vigília a espera de suas presas, vencendo as dificuldades impostas ao homem pré-histórico, ou mesmo como sendo um local de acampamento, o que é mais provável, de acordo com as características do local.

Há três quilômetros de distância está o Sítio arqueológico "Lagoa do Boi", dentro do município de Poço Branco, com pinturas rupestres também pertencentes a Tradição Agreste, porém mais nítidas que as do sítio anterior, com formas antropomorfias e de animais, e com tanques naturais menos resistentes a estiagem e de menor tamanho, apresentando um tanque menor e mais profundo, com maior resistência à estiagem. O sítio "Lagoa do Boi" apresenta pequena quantidade de material lítico, mas não há notícias de ossadas. Nos dois sítios as pinturas rupestres foram identificadas como pertencentes à Tradição Agreste, embora apresentem grande desgaste pela ação do tempo, sendo estimadas em pelo menos 2 mil anos, aproximadamente. Desse modo, a presença humana na região de Poço Branco data de pelo menos 2 mil anos, sendo que pode se estender a mais

tempo, caso houvesse uma comprovação de que os ossos dos animais encontrados no tanque tivessem sofrido o ataque de caçadores especializados em megafauna, o que seria o suficiente para estimar a presença do homem em pelo menos 6 mil anos ou mais, de acordo com a idade da ossada.

O estudo de tanques existentes nestes sítios arqueológicos são relevantes. Esses tanques são fendas naturais, em rochas cristalinas, de paredes íngremes e de contorno elíptico, formando grandes reservatórios d'água da chuva. Ao redor e no interior desses acidentes geográficos é que devem ser encontradas as causas da extinção dos grandes mamíferos (megafauna) no nordeste brasileiro, principalmente devido a variações climáticas, no sentido da semi-aridez intensa, onde se processou acumulação de fósseis ocorrida em milhares de anos. (Medeiros, T, 1985)<sup>7</sup> A região dos tanques de Poço Branco e da divisa com Bento Fernandes é próxima a Fazenda Gameleira, no município de Taipu, onde foram encontrados um molar e uma vértebra de mastodonte (*Haplomastodon*), animal extinto, parente do elefante, que viveu nestas terras até ser extinto há pelo menos 6 mil anos. (Santos, 1982)<sup>8</sup>

As pinturas rupestres encontradas em Poço Branco são até o momento as mais próximas do litoral do Rio Grande do Norte. Mesmo apresentando pinturas toscas e de formas irregulares e desgastadas pelo tempo, clima e da própria ação humana no local no decorrer dos anos, as pinturas dos Sítios "Pedra da Santa" e "Lagoa do Boi", por suas características indicam que ao se produzir tais pinturas, não houve a preocupação com a preservação ou mesmo com a qualidade, pois foram feitas ao ar livre, sem estar ao abrigo do sol, da chuva e do vento. De qualquer maneira, as pinturas rupestres encontradas em Poço Branco, bem como as demais encontradas em diversos locais são, conforme G. Martin "as primeiras manifestações artísticas do homem (...). A imaginação humana e a sua capacidade de criar o pensamento abstrato nasceu com a arte pré-histórica. (Martin, 1990)<sup>9</sup>

Tais pinturas rupestres já foram anteriormente estudas por Maurina Sampaio de Souza e Osmar Medeiros, quando em 1979 realizaram pesquisa sobre 'Inscrições Rupestres no Rio Grande do Norte'.(Souza, Medeiros, 1983)<sup>10</sup> As pesquisas foram desenvolvidas com o cadastramento de onze locais com pinturas e inscrições rupestres constantes de vinte e

---

<sup>7</sup> Op Cit, p 72.

<sup>8</sup> SANTOS, Rubens da Silva. *Fauna Cenozóica da Região Nordeste do Brasil*. Apud MEDEIROS, Tarcísio. *Proto História do Rio Grande do Norte*. 1985, p 127.

<sup>9</sup> MARTIN, Gabriela. *Pré-História do Nordeste do Brasil*, 1990, p 218.

<sup>10</sup> SOUZA, Maurina S. MEDEIROS, Osmar. *Inscrições rupestres no Rio Grande do Norte*. Apud MEDEIROS, Tarcísio. *Proto História do Rio Grande do Norte*. 1985, p 126.



Foto 15 - A seca

Foto 16 - Extração de calcário





uma pranchas e dois painéis, da região do Seridó, no extremo sul do estado, e no sertão de Angicos, situado na zona setentrional do estado. Além desses territórios a pesquisa estendeu-se as localidades de Bento Fernandes e Poço Branco, nos referidos sítios. A conclusão dos autores da pesquisa é a constatação de que na arte rupestre das regiões estudadas há uma diferenciação de estilos aparentemente relacionada a diferentes ecossistemas. (Medeiros, 1985)<sup>11</sup>

Com relação ao material lítico encontrado, são mais abundantes no Sítio 'Pedra da Santa', com várias lascas de sílex, com origem do alto sertão, que foram lascados no local, para a fabricação de raspadores (lesmas), com o objetivo de descarnar animais abatidos. A utilização de material lítico como estes em questão, é própria da nação indígena Tarairiú, que habitava o sertão, chamada de Tapuia pelos índios Tupi. De acordo com os mapas<sup>12</sup> e as informações consagradas na historiografia, a região era dominada por índios da tribo potiguar, do tronco tupi. Entretanto, a ausência de cerâmica, característica cultural do povo tupi, e a presença abundante de material lítico, característica marcante de grupos da nação Tarairiú, faz com que seja possível que a região fosse habitada por este grupo, e não do indígena potiguar.

O sítio arqueológico da Pedra da Santa, no Inhandu, tem ainda vocação lendária, uma vez que no local existe a imagem de Nossa Senhora de Lourdes, padroeira do povoado, com vários milagres operados, conforme pode ser observado na capela erigida pela devoção dos fiéis que a ela recorrem em busca de graças no vencimento a dificuldades. A todos aqueles que visitam o santuário, histórias são contadas sobre o aparecimento da imagem, sendo também freqüentemente citada uma pegada humana lavrada na rocha, sem que haja uma explicação plausível. Melhor assim, pois outras marcas em rocha, semelhante a do Inhandu, como é o caso de uma em Natal, numa cacimba da Ribeira (atualmente enterrada), na rua São Tomé, transversal da Juvino Barreto e Auta de Souza, que é atribuída a São Tomé. No início do crescimento da cidade do Natal, neste endereço, no quintal da casa nº 438, encontrava-se uma suposta pegada de São Tomé, um dos apóstolos de Cristo, quando pelo local teria passado para se abastecer. (Medeiros, 1985)<sup>13</sup> De qualquer maneira, não existe qualquer relato de que a suposta pegada de São Tomé em Natal, e em diversas outras partes do litoral do Brasil e regiões da América do Sul, tenham qualquer relação com

---

<sup>11</sup> Op cit, p 126.

<sup>12</sup> V. mapa nº 3, em anexo.

<sup>13</sup> Op cit, p 128, 129.

a pegada do Inhandu, ou mesmo que ela foi deixada naquele local por São Tomé, ou qualquer outro santo, embora o mistério sobre essa pegada seja muito lembrado entre os fiéis que visitam o santuário. Caso a pegada do Inhandu fosse atribuída a São Tomé, seria o típico exemplo de um acontecimento que só se acredita vendo, seguindo o ensinamento deixado pelo próprio apóstolo.

### 3 - O POVOAMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE

#### 3.1 - O descobrimento e as primeiras atividades

O Rio grande do Norte, ou mais especificamente o território referente aos seus atuais limites, não foi colonizado imediatamente após o descobrimento do Brasil, em 1500. Não apenas o Rio Grande do Norte, mas todo o território brasileiro permaneceu até 1530 sem ocupação, servindo apenas como ponto de exploração do Pau Brasil, madeira valorizada pela sua propriedade de fornecer uma tintura púrpura, símbolo de nobreza, utilizada no tingimento de tecidos. Um dos principais pontos de extração de Pau-brasil foi exatamente o Cabo de São Roque, próximo à Barra do Rio Maxaranguape. (Caio Prado Jr, 1976)<sup>14</sup> Em 1501, a expedição portuguesa de Gaspar de lemos visitou a costa brasileira colocando marcos com o objetivo de tomar posse do imenso território. O primeiro foi o Marco de Touros, com o padrão Manuelino, chantado no litoral norte em 25 de agosto. (Mariz, Suassuna, 1997)<sup>15</sup>

Naqueles primeiros anos a colonização ainda não se apresentava suficientemente de interesse português, uma vez que o comércio com o oriente ainda permanecia lucrativo. A introdução da cana-de-açúcar no Brasil e a agroindústria surgem com a necessidade de garantir a posse efetiva do território, apresentando uma base econômica estável para que fosse possível colonizar num momento oportuno, quando o comércio indiano dava sinais de estagnação. Assim começa-se a atingir o nível produtivo com a cana, numa região favorecida pelo clima quente e bons índices pluviométricos, bem como solo apropriado. O

---

<sup>14</sup> PRADO Jr. Caio. *História Econômica do Brasil*, 1976.

<sup>15</sup> MARIZ, Marlene. SUASSUNA, Luis Eduardo Brandão. *História do Rio Grande do Norte Colonial. (1597/1822)*. Apresentação.

conhecimento técnico vinha das plantações existentes em São Tomé e Madeira. (Caio Prado, 1976)<sup>16</sup>

Com um território limitado entre o Oceano Atlântico e a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas, que garantia a posse das terras localizadas até 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde,<sup>17</sup> a coroa portuguesa institui o sistema de Capitánias Hereditárias visando a colonização, claramente assumindo uma posição em relação as terras. Os recursos para tal empreendimento foram da iniciativa privada sendo que o território foi dividido em quinze lotes, cada um começando no litoral e indo até o limite de Tordesilhas, distribuído entre doze donatários.<sup>18</sup> Tal sistema, todavia, não correspondeu às expectativas portuguesas, sendo que alguns donatários nem chegaram a viajar para o *novo mundo*, outros enfrentaram grandes dificuldades, como índios hostis, clima tropical muito diferente do tipo de clima da Europa, e corsários franceses. Apenas duas capitánias obtiveram algum êxito, sendo as de São Vicente e Pernambuco. (Mariz, Suassuna, 1997)<sup>19</sup>

Apesar do fracasso desse sistema, foi possível defender o território de invasores, garantindo a posse da terra para Portugal. Para resolver o problema da distância e do isolamento de povoados decorrentes das Capitánias, a Coroa Portuguesa resolveu criar em 1549, uma outra forma administrativa com a denominação de Governo Geral ou Capitania Geral. Algumas Capitánias Hereditárias passaram a ser Capitánias da Coroa. Foi instituído o sistema de Sesmarias e Datas. As sesmarias eram grandes extensões de terras doadas pelo Capitão Mor da Capitania ao *Sesmeiro*, que tinha a obrigação de cultivá-las, tornando-se dono da terra após dois anos de cultivo. As Datas representavam as pequenas propriedades, distinguindo-se das Sesmarias pelo tamanho que lhe era atribuído. (Ferreira, 1990)<sup>20</sup> Exigia menos recursos que a Sesmaria e era apropriada para atividades de natureza familiar, dando origem as pequenas e médias propriedades, enquanto que as sesmarias representam o nascimento dos grandes latifúndios, gênese dos atuais problemas agrários, intimamente ligados a concentração de terras em poder de um número reduzido de proprietários, como ocorre atualmente no Brasil.

---

<sup>16</sup> Op cit.

<sup>17</sup> V. mapa nº 1, em anexo.

<sup>18</sup> V. mapa nº 2, em anexo.

<sup>19</sup> Op cit, pp 14, 15, 16.

<sup>20</sup> FERREIRA, Olavo Leonel. *História do Brasil*. 1990, p 36.

### 3.2 - A Capitania do Rio Grande

Instituído o sistema de Capitânicas Hereditárias e dividido o Brasil em lotes, surgiu a Capitania do Rio Grande, com a doação pelo rei D. João III, de 100 léguas de terras que se estendiam a começar da Baía da Traição (limite sul), onde terminavam as terras da Capitania de Itamaracá, até o Rio Jaguaribe, limite com o Ceará. O beneficiário desta concessão era João de Barros.<sup>21</sup> Além dessa doação, João de Barros recebeu mais 50 léguas de terras, de parceria com Aires da Cunha, para os lados do Maranhão. (Mariz, Suassuna, 1997)<sup>22</sup>

Entretanto os donatários não tiveram êxito nas expedições à Capitania para tomar posse, permanecendo as terras abandonadas. Com a morte do donatário e indenização à família, a Capitania deixa de ser hereditária para ser revertida à Coroa, condição em que será conquistada e colonizada.

Neste intervalo, a morte prematura de D. Sebastião, rei de Portugal, em 1578, na Batalha de Alcácer-Quibir, África, sem deixar herdeiros, leva ao trono seu tio-avô, Cardeal D. Henrique, já idoso, que morre dois anos depois. A coroa portuguesa passou para Filipe II, rei da Espanha, neto de Dom Manuel, o Venturoso, pelo lado materno, seu herdeiro mais próximo, iniciando o período da União das Coroas Ibéricas que dura até 1640. (Ferreira, 1990)<sup>23</sup>

Várias medidas foram tomadas durante o domínio espanhol, entre as quais, as que se referem ao desenvolvimento e expansão colonial nas terras do norte, mal ocupadas, precariamente conhecidas e até abandonadas, como era o caso da Capitania do Rio Grande.

### 3.3 - O início do processo de colonização.

A conquista da Capitania do Rio Grande, tornara-se fundamental para a efetivação do empreendimento colonizador. Para tanto foram expedidas as cartas régias de 1596 e 1597, dirigidas ao Governador Geral, D. Francisco de Souza, e aos Capitães Mores de

---

<sup>21</sup> V. mapa nº 2, em anexo.

<sup>22</sup> Op cit, p 19.

<sup>23</sup> Op cit, pp 63, 64.

Pernambuco e da Paraíba, recomendando que fosse gasto o que necessário para que se fundasse uma povoação e se construísse uma fortaleza para a sua defesa.

Em cumprimento a carta, foi organizada uma expedição comandada por Manoel Mascarenhas Homem, Capitão Mor da Capitania de Pernambuco. Essa expedição, vencendo obstáculos variados, consegue desembarcar e iniciar a construção de um fortim na Barra do Rio Grande, para defesa de ataques indígenas, dando origem a atual Fortaleza dos Reis Magos. A construção foi iniciada em 6 de janeiro de 1597, dia de Santos Reis, dando origem ao seu nome, como era o costume na época. (Mariz, Suassuna, 1997)<sup>24</sup>

No ano seguinte, para completar a recomendação do Governo Geral, foi fundada a cidade do Natal, a 25 de dezembro. Seu fundador, entretanto, ainda se discute quem foi, sendo uma fecunda fonte de pesquisa e dúvida. Natal teria sido fundada por Manoel Mascarenhas Homem, João Rodrigues Colaço, ou Jerônimo de Albuquerque, sendo que as hipóteses mais prováveis recaem sobre estes dois últimos. À partir de 1601, João Rodrigues Colaço, já nomeado Capitão Mor da Capitania do Rio Grande, procurou fazer largas concessões de Sesmarias, na tentativa de expandir o povoamento e valorizar as terras da Capitania. Em 1603, Jerônimo de Albuquerque substituiu Colaço no cargo de Capitão Mor.

Após a difícil conquista da Capitania do Rio Grande, tendo em vista a hostilidade indígena para com os portugueses, estes, chefiados por Manoel Mascarenhas Homem, sentiram a necessidade de submeter os índios. Para esse fim contaram com Jerônimo de Albuquerque (mestiço casado com uma índia, filha do Chefe Arco Verde), que com a ajuda dos chefes Ilha Grande e Sorobabé, convenceram os índios da conveniência de acabarem com as hostilidades contra os portugueses. A partir de então os pitiguares estiveram sempre como aliados dos portugueses. (Mariz, Suassuna, 1997)<sup>25</sup>

Os primeiros trinta anos da Capitania caracterizaram-se pelo retardamento do seu processo de desenvolvimento, onde tanto o povoamento como o cultivo da terra aconteciam vagarosamente, de acordo com as condições locais.

As poucas informações sobre este período atestam a lentidão com que se estabeleceu a concentração de colonos brancos para o incremento de uma terra fraca para roçados e canaviais, com escassez de chuvas, mais adaptáveis para a criação de gado.

Conforme Mariz e Suassuna

---

<sup>24</sup> Op cit, p 26.

<sup>25</sup> Ibidem, p 55.

*“Os registros da época, contidos na obra ‘A razão do Estado do Brasil’, de Diogo de Campos Moreno, indicam que a população de Natal em 1607 atingia o número de 100 habitantes. No total da Capitania, talvez uns 300, com maior concentração fixada em Natal, e o restante espalhados por roças e fazendas”.* (Mariz, Suassuna, 1997)<sup>26</sup>

As principais atividades econômicas da Capitania são caracteristicamente de subsistência, fundamentando-se na pecuária, na pesca e na agricultura de subsistência. A pecuária foi a única atividade voltada para o mercado interno, com seus lucros permanecendo no local. Deve-se a pecuária, mais do que a qualquer outra atividade, o desbravamento e ocupação da maior parte da extensão territorial da região. A população dispersava-se pelas grandes fazendas, caracterizando-se como essencialmente rural. Excepcionalmente, a zona pastoril promoveu o aparecimento de alguns núcleos urbanos, a partir de “*pousos*” e “*feiras*”. (Mariz, Suassuna, 1997)<sup>27</sup>

---

<sup>26</sup> Ibidem, p 32.

<sup>27</sup> Ibidem, pp 40, 41.

## 4 - O INÍCIO DA COLONIZAÇÃO EM POÇO BRANCO

### 4.1 - O primeiro documento oficial

*“Ha data cento e vinte e nove deu jeronimo dalboquerque a domingos martins em nove de julho de seis centos e oito annos, he mea legua de terra em quadra pello ryo Seara asima aonde chamão tapiatá porem não ha cultivou por ser de pouco prestimo e esta deuoluta”.*<sup>28</sup>

Num contexto de início de conquista e colonização, o povoamento e o estabelecimento das primeiras atividades, surge um primeiro documento escrito, fazendo referências as terras que atualmente correspondem ao município de Poço Branco.

Tal documento trata-se de uma data, ou seja, pequena porção de terra doada pelo Capitão Mor para um dōnatário com o objetivo de fixação humana branca, bem como exploração econômica.

Percebe-se no documento algumas informações que correspondem a uma localidade dentro dos limites do atual município de Poço Branco. Primeiramente, o Rio Ceará-Mirim corta o município no sentido oeste para leste, sendo que suas águas formam a Barragem Engenheiro José Batista do Rego Pereira. Em seguida, *Tapiatá*, palavra da língua tupi que significa *Pedra do Descanso*, refere-se a atual localidade da Pousa, no extremo oeste do município de Poço Branco. Além disso, essa localidade atualmente encontra-se à margem esquerda do Rio Ceará-Mirim, sendo que, entretanto, segundo vestígios de antigas

---

<sup>28</sup> IHGRN. Livro de Datas e Sesmarias, Vol. 1, Data de Terras nº 129.



habitações facilmente observáveis, o povoado existia à margem direita, onde o terreno era de arisco e pedregoso, sendo de *pouco préstimo* para o cultivo.

A preexistência de Tapiatá refere-se ao período após a fundação da cidade do Natal, e início da conquista e colonização do interior com o empreendimento da pecuária. A localidade servia de ponto de apoio àqueles que por ali passavam com o objetivo de atingir o sertão e empreender a conquista frente aos Tapuias, índios de “língua travada”, desconhecida, diferente da língua tupi dos índios do litoral. É possível que daí tenha surgido o nome de “Pousa”, que atualmente o local é conhecido, sendo um dos distritos de Poço Branco. Como citado, Tapiatá significa Pedra do Descanso, sendo um vocábulo com origem na língua tupi, como observa Cascudo, como sendo ‘*lugar de arrancho dos comboios demandando o litoral*’. (Cascudo, 1968)<sup>29</sup>

Deve-se observar que as ribeiras dos rios sempre foram as áreas preferidas pelos colonos durante a conquista da Capitania do Rio Grande. Avançando pelo interior, onde as plantações de cana-de-açúcar cediam lugar às fazendas de gado em detrimento da presença dos índios que acabaram sendo dizimados. Os jesuítas estabeleceram Missões Volantes, percorrendo as aldeias e pregando a doutrina cristã, com o objetivo de converter os índios à fé católica. As Missões Volantes foram efetivamente iniciadas em 1605, sendo que anualmente os jesuítas partiam do Colégio de Olinda e visitavam as aldeias. A presença jesuíta na Capitania do Rio Grande ampliava também o povoamento colonial, em função do estabelecimento dos currais de gado e plantações nas várzeas dos rios Jundiá e Ceará-Mirim, dando segurança aos colonos em relação à movimentação indígena. (Lopes, 1994)<sup>30</sup>

#### 4.2 - O surgimento de novos povoados

Podemos concluir que as ribeiras do rio Ceará-Mirim no território hoje compreendido pelo município de Poço Branco, foi povoado e cultivado à partir do século XVII, sendo que seguramente as localidades relativas à Pousa (*Tapiatá*) e Poço Branco, já estavam povoadas desde a primeira década do século. Entretanto, o Senhor Raimundo Rodrigues da Silva, 65 anos, descendente de uma das primeiras famílias que se estabeleceu

<sup>29</sup> CASCUDO, Luis da Câmara. *Nomes da Terra: história, geografia e toponímia do Rio Grande do Norte*. 1968, p 126.

<sup>30</sup> LOPES, Fátima Martins. *A presença Missionária na Capitania do Rio Grande do Norte*. 1994, p 24.

em Poço Branco,<sup>31</sup> fez anotações das informações que foram sendo transmitidas através das gerações dos Rodrigues, e outras famílias antigas, num trabalho de história oral, desde a primeira metade do século XIX. De acordo com as anotações do Senhor Raimundo Rodrigues da Silva, o nome da localidade de Contador foi dado pelos boiadeiros que levavam gado para Natal, vindos do interior. Encontraram duas pedras altas, uma de cada lado, formando um corredor, onde contavam o gado para conferir, surgindo então o nome da localidade de Contador. Ainda de acordo com essas anotações, em aproximadamente 1796, o Senhor José Acauã estabeleceu moradia à margem direita do rio Ceará-Mirim. Em 1804, chegou o avô de José Catarino, conhecido como José Cochim. Os avós de José Cochim eram Manoel Antônio e Catarina Santana. A seguir chegou Joaquim Gomes, que era pai de José Catarino, Antônio Gomes e Maria Pequeno. Assim foi dada a origem da localidade chamada Acauã, formada por indivíduos predominantemente de raça negra, sobretudo os Catarino da Silva, principal família da localidade e que estão os demais membros agregados, num povoado que atualmente conta com mais de 160 pessoas.<sup>32</sup>

Chama a atenção a existência dessa comunidade negra pelos resquícios culturais antigos, além do fato de terem sido poucos os escravos negros para o trabalho nos engenhos do Rio Grande do Norte, em relação a outras regiões produtoras de açúcar como Pernambuco e Bahia. No Rio Grande do Norte foi feita a opção pela escravidão indígena em número muito mais elevado do que a escravidão negra africana, contribuindo com isso para a dizimação dos índios, e da condição de minoria das comunidades negras como a de Acauã.

Outras importantes observações são feitas nas anotações do Senhor Raimundo. Segundo elas, o primeiro nome de Poço Branco foi *Pirapora*,<sup>33</sup> nome dado por indígenas que habitavam a região e que deixaram o local em virtude de abalos sísmicos que ocorreram em 1809. Os indígenas fugiram para a região do rio Potengi. O nome de Poço Branco foi dado também por boiadeiros que faziam acampamento quando levavam gado do Baixo Açu para Natal. Os boiadeiros faziam uso do poço de água cristalina e envolto em areia muito branca, coberto por umarizeiras altas, que proporcionavam sombra. O local passou a ser chamado pelos boiadeiros de Poço Branco. Além da água de boa qualidade, elemento raro no sertão, havia também alimento para o gado, fazendo daquela ribeira do Ceará-Mirim, um

<sup>31</sup> V. foto nº 2, em anexo.

<sup>32</sup> V. foto nº 11, em anexo.

<sup>33</sup> *Pirapora*, do tupi, *pira-pora*, a morada do peixe.

local propício para acampamento. O nome de Poço Branco começou a ser utilizado para denominar a localidade a partir de 1880.

As primeiras famílias que se estabeleceram em Poço Branco, depois dos abalos sísmicos, chegaram a partir de 1832. Quando o bisavô de Raimundo Rodrigues da Silva chegou a Poço Branco em 1861, encontrou a família Cachiado. As primeiras uniões de famílias e que deram origem a grande parte dos atuais moradores de Poço Branco foram as seguintes: Cachiado e Rodrigues; Gonçalo e Santana; Guedes e Tabocas; Freitas e Miranda; Felicianos (Mateus); família de Miguel Felipe, vindo da Paraíba e que era avô de Sebastião Miguel; a família Barros, de João Manoel; a família Patrício, que tinha descendência indígena.

O primeiro comerciante foi o Senhor Manoel Deocleciano (Neco), filho do Senhor João Manoel. Surge depois o comércio do Senhor João Cachiado, Antônio Cachiado e Manoel Cachiado, pai de Raimundo Rodrigues da Silva.

## 5 - REFERÊNCIAS NA HISTORIOGRAFIA TRADICIONAL

Raras são as fontes bibliográficas para que se possa pesquisar acerca de municípios e, especialmente, sua história. Uma destas poucas obras é de Luis da Câmara Cascudo, com o título *Nomes da Terra: história, geografia e toponímia do Rio Grande do Norte*, publicada pela Fundação José Augusto em 1968. Em sua obra, Cascudo traz a história de cada um dos municípios do Estado do Rio Grande do Norte, até então existentes.

Com relação a Poço Branco e inerente a sua história, Cascudo afirma que

*"A ribeira do Rio Ceará Mirim foi uma das regiões preferidas para o povoamento. Logo em novembro de 1709 o Capitão Mor Manoel Rodrigues Coelho requer e possui terras na Parage chamada Taipu Grande onde há um Posso<sup>34</sup>. As datas concedidas alcançavam o Taipu contemporâneo, na viva utilização da lavoura. A criação de gado era relativamente menor. A existência de água, mesmo imóvel nos poços e terrenos úmidos de ipueiras e brejos, constituía a suprema valorização econômica. Rara será a sesmaria sem alusão a presensa vital da água indispensável. O POÇO BRANCO, vizinho ao riacho do Cravo, justificaria a fixação de um grupo humano determinando a povoação, escolas, policiamento, a Capela Sagrado Coração de Jesus, dedicação do Velho Leite, vila em dezembro de 1958, a Barragem do Rio Ceará-Mirim, armazenando 135.000.000 de metros cúbicos". (Cascudo, 1968)<sup>35</sup>*

Sobre Taipu, município de onde Poço Branco foi desmembrado, Cascudo também refere-se a

*"Região sempre habitada pelos aborígenes, falando o tupi.<sup>36</sup> Em 1640, consta a aldeia ITAIPÍ na relação do Pe. Manoel de Moraes. O coronel Manoel Rodrigues*

<sup>34</sup> O grifo é do autor.

<sup>35</sup> Op cit, pp 234, 235.

<sup>36</sup> O grifo é do autor.

*Coelho, em 21 de novembro de 1709 era proprietário da Parage chamada Taipu Grande, onde há um Poço. Domingos de Moraes Navarro, na exposição de motivos justificando a pretensão de ser Capitão Mor, Governador do Rio Grande do Norte, como realmente foi, relata acurada perseguição a um troço indígena em 1712, até o sítio de Taipu, última povoação da Capitania. A ocupação seria contínua nesse século XVIII. Em maio de 1733, Manoel Alves Barbalho e Luíza de Oliveira registram sesmaria em um lugar chamado pousa, do dito Rio Ceará-Mirim, acima até o Passo da Cruz. O ajudante Manoel Gomes da Silveira, julho de 1742, requer doações no Rio Salgado, a riba do TAIPU GRANDE que desagua no Rio Ceará-mirim. O Vale do Taipu, atravessado pelo Rio Ceará-Mirim, oferecia todas as possibilidades agrícolas. Menos gado e mais lavouras, notadamente cereais." (Cascudo, 1968)<sup>37</sup>*

As informações apresentadas por Luis da Câmara Cascudo acerca de Poço Branco e Taipu ajudam a configurar o processo de colonização da região. Em primeiro plano observa-se a presença de citações de água (Poço). Esse fato, ou seja, *a presença vital da água*, era fundamental àqueles que pela região passavam a caminho do interior da Capitania, considerando a localização limítrofe de Poço Branco entre a região agreste e o sertão. Além disso, a presença de água potável e condições apropriadas para a produção de cereais no fértil vale do rio é justificativa para a fixação de famílias, mesmo em atividades dedicadas a criação de gado, como no local onde se originou Contador, um ponto de contagem do gado.

Novamente surge a comprovação de terras relativas à Pousa, sendo que entre a Pousa e Poço Branco, *a Parage chamada Taipu Grande, onde há um posso*, é de conhecimento geral da população a existência de fazendas de gado. Em determinado local, onde o gado era reunido para se proceder a contagem, surgiu a localidade de Contador, inundada pelas águas da Barragem de Poço Branco, sendo transferida para junto da localidade de Cravolândia.

Cascudo relaciona a aldeia de ITAIPI, que consta na relação do Pe. Manoel de Moraes, à origem de Taipu. Entretanto, de acordo com Olavo Medeiros Filho, em *Os holandeses na Capitania do Rio Grande*, a aldeia não era localizada na região que se refere ao município de Taipu e adjacências. "A ALDEIA TAPURE - Denominada pelo Pe. Manoel de Moraes de Itaiipi. Tinha por capitão Itaichama, e ficava distante 7 léguas do forte do Rio Grande, para o oeste. Ali morava o Capitão Francisco, aliado dos holandeses."

---

<sup>37</sup> Op cit, pp 234, 235.

(Medeiros Filho, 1998)<sup>38</sup> A distância de sete léguas entre a aldeia e o forte do Rio Grande (Fortaleza dos Reis Magos), aproximadamente 35 quilômetros, em direção oeste, seria insuficiente para se atingir os 51 quilômetros que separam Natal e Taipu atualmente, a noroeste.<sup>39</sup>

Ainda segundo Cascudo, em *História do Rio Grande do Norte*, outra de suas obras mais importantes:

*“Taipu - criado município pelo decreto nº 97, de 10-3-1891 (Amintas Barros), desmembrado do Ceará-Mirim, criando a Vila do Taipu. Fôra Distrito de Paz pela lei 547, de 21-11-1864, citando Taipu-do-Meio. Nos fins do século XVII, era um dos pontos extremos povoados da capitania. O Taipu Grande, como o denomina uma data de 2-7-1742, tornou-se produtor de cereais mas sua população estava espalhada em sítios e propriedades rurais (...).”* (Cascudo, 1955)<sup>40</sup>

Relacionando as informações de Cascudo nestas duas obras citadas, distingüi-se as localidades de Taipu-do-Meio e Taipu Grande. A primeira é a que dá origem à localidade de Taipu, município em 1891. A segunda, *a Parage chamada Taipu Grande, onde há um posso* é a que dá origem a Poço Branco, distrito em 1958, e município criado em 1963, tendo sido desmembrado de Taipu.

A data de terra recebida pelo *ajudante Manoel Gomes da Silveira, julho de 1742, que requer doações no Rio Salgado, a riba do TAIPU GRANDE que desagua no Rio Ceará-mirim*, é referente às terras do local onde o Riacho do Cravo, de águas salgadas, deságua no rio Ceará-Mirim, entre Contador e Lagoa do Juazeiro, povoado de Poço Branco, atualmente.

*A acurada perseguição a um troço indígena* relatada pelo Capitão Domingos de Moraes Navarro, em 1712, coincide com o período da Guerra dos Bárbaros, que teve início na segunda metade do século XVII e terminou por volta de 1720. Os enfrentamentos ocorreram entre as forças da Capitania do Rio Grande, Paraíba e Pernambuco, e os indígenas do interior, num conflito que teve início em função dos interesses que se tinha pelas terras, pois os colonos que buscavam o estabelecimento da pecuária investiam sobre as ribeiras dos rios do interior, terras de melhor qualidade onde as populações indígenas

<sup>38</sup> LAET, Joannes de. *História dos anais dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias ocidentais, desde o seu começo até o ano de 1636*. Apud MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Os holandeses na Capitania do Rio Grande*. 1998, p 74.

<sup>39</sup> V. mapa nº 5, em anexo.

<sup>40</sup> CASCUDO, Luis da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. 1955, p 343.

sobreviviam na tentativa de autopreservação. Assim, os índios começaram a abater animais (bovinos e cavalares), causando prejuízo aos colonos, que reagiam escravizando-os ou matando-os. Existiram momentos em que foram necessários solicitar reforços da Paraíba e Pernambuco. Enquanto esses reforços não chegavam, os índios dominaram as ribeiras do Açu e Apodi. As ribeiras do Ceará-Mirim logo foram atingidas. (Paiva Neto, 1994)<sup>41</sup>

Apesar dos graves conflitos entre colonos e indígenas na região do vale do Ceará-Mirim, inclusive nas áreas da localidade de Poço Branco, houve elementos de origem indígena que sobreviveram ao conflito tendo permanecido até o início do século XIX, no período em que a localidade era chamada pelos índios de *Pirapora*, palavra tupi que significa morada do peixe, sendo que esse grupo indígena partiu para as margens do rio Potengi, após 1809, em função da sismologia da região. (SETAS, 1998)<sup>42</sup>

Atualmente existe ainda uma família que descende dos últimos índios que sobreviveram aos conflitos na região e que continua morando em Poço Branco. O Senhor Raimundo Rodrigues da Silva aponta a perseguição de indígenas em Poço Branco, tendo sido aprisionado um índio tapuia, ancestral do Senhor Julio Pequeno, morador e sitiante, na margem do rio Ceará-Mirim, entre Poço Branco e Acauã.

---

<sup>41</sup> PAIVA NETO, Francisco Fagundes de. *"Guerra indígena do Açu": do avanço da frente pastoril ao repovoamento do sertão do Rio Grande do Norte (1687-1720)*. 1994, p 31.

<sup>42</sup> SETAS-RN - Perfil Sócio Econômico de Poço Branco. História do Município. 1998, I parte.

## 6 - POÇO BRANCO NO SÉCULO XX

### 6.1 - As primeiras instituições

Conforme Luis da Câmara Cascudo, *“O Poço Branco, vizinho ao Riacho do Cravo, justificaria a fixação de um grupo humano, determinando a povoação, escolas, policiamento, a Capela Sagrado Coração de Jesus, dedicação do Velho Leite (...)”* (Cascudo, 1968)<sup>43</sup> Após a povoação, surgem as primeiras instituições de Poço Branco, para atender as necessidades de sua população. Segundo o trabalho *“História do município de Poço Branco: sua origem, sua história”*, escrito por professores da cidade

*“a primeira família a se fixar em Poço Branco foi a dos ‘Rodrigues’, que em 1898, fugindo da estiagem no alto sertão, encontra em Poço Branco, com suas águas transparentes e envolto em uma areia muito branca, um local para viver. E, conseqüência surge a povoação de Poço Branco, que multiplicou a família no decorrer dos anos. Neste povoado a comunidade construiu a Capela Coração de Jesus, comemorando no mês de outubro por tradição do Padroeiro”.* (Professores, 1995)<sup>44</sup>

Ainda de acordo com o trabalho, em 1932 surgiu a primeira escola, com a professora Ana Costa, depois a segunda escola, a ‘Escola Subvencionada de Poço Branco’ com a professora Carmem Costa. As mesmas informações contidas no trabalho, estão no

---

<sup>43</sup> Op cit, pp 234, 235.

<sup>44</sup> PROFESSORES. *História do Município de Poço Branco: sua origem, sua história*. Poço Branco, 1995.



guia de municípios do IBGE e no Perfil Sócio-econômico do município encontrado na SETAS.

Segundo Câmara Cascudo, a Capela foi construída pela dedicação do Velho Leite, o que se confirma entre os moradores mais antigos que em 1912, por iniciativa de Pedro Leite, foi construída a Capela Coração de Jesus, que ficava no início da rua nova, próxima ao comércio, na margem direita do rio Ceará-Mirim.<sup>45</sup>

Depois da Capela surgem as escolas, também muito presentes na memória dos mais antigos sendo que as professoras Ana Costa e Carmem Costa, hoje dão nome a duas das escolas da cidade.

A antiga povoação de Poço Branco contava com apenas três ruas: a Rua de Cima, a Rua Nova e a Rua de Baixo, com alguns caminhos que se interligavam, levando ao Alto da Mina, ao Rabo da Cachorra, ao Cemitério, próximo da Pedra da Mina, ao rio, e ao caminho que levava para Acauã, três quilômetros acima, Contador mais dois quilômetros, e Pousa, logo depois, sempre margeando o rio. O comércio era a bodega de Onofre Gomes e havia a casa de farinha de Targino Caiado.<sup>46</sup>

### *A Igreja*

O Brasil, enquanto maior país católico do planeta, apresenta inúmeras demonstrações de fé entre sua população, nas mais distantes terras de seu imenso território. Entretanto, quando se observa o sentimento religioso do povo sertanejo, sobretudo no interior do nordeste, constata-se a fundamental importância que a fé tem para o povo. E um exemplo deste sentimento religioso é a população de Poço Branco.

A construção da Capela Coração de Jesus em Poço Branco, ocorreu em 1912, como já foi citado, e confirmado por Luis da Câmara Cascudo, por iniciativa do Sr. Pedro Leite, morador local. A Capela era subordinada à Matriz de Nossa Senhora do Livramento de Taipu, sede da Paróquia, condição que se encontra até os nossos dias.

O primeiro ato para o surgimento da Paróquia de Nossa Senhora do Livramento em Taipu, foi a

---

<sup>45</sup> V. foto nº 1, em anexo.

<sup>46</sup> V. mapas nº 7, 8 e 9, em anexo.

*“doação de Bernardo José da Costa Gadêlha e sua mulher Maria Inácia do Carmo, de 125 braças de terra, em quadra no Taipu do Meio a nossa Senhora do Livramento em 1811 a 28 de outubro.(...) A doação das terras no valor 50#000 Cincoenta Mil contos de Reis, no Taipu do Meio, Freguesia de Extremoz”.*<sup>47</sup>

Entretanto, o início da construção só se daria meio século mais tarde, conforme a mesma fonte, onde consta que

*“Dom João da Purificação Marques Perdigão - Bispo de Pernambuco, Fazemos saber, que nos enviaram a dizer os habitantes da Picada de Ceará-Mirim, da Freguesia de Extremoz, que eles queriam erigir uma Capela por invocação de Nossa Senhora do Livramento, em lugar decente, para o que já haviam constituído suficiente patrimônio”.*<sup>48</sup>

Segue o documento informando o desejo dos habitantes da licença da construção e da disposição *“ao reverendíssimo Pároco da dita Freguesia, para que possa benzer a primeira pedra, sendo afeiçoada por oficial de pedreiro, com as cruzes necessárias, e lançá-la no lugar, que lhe compete, segundo as disposições do ritual romano”.*<sup>49</sup> Documento relatando a visita a 11 de novembro de 1861, pelo Padre Francisco Justino Pereira de Brito, Vigário Visitador.

Assim foi lançada a pedra fundamental da igreja católica de Taipu. Em 1912, com a construção da Capela de Poço Branco, foi possível a visita de tempos em tempos de padres à localidade. A partir da construção da Capela, foi possível a realização de batismos, sacramentos e matrimônios na própria localidade, sem que fosse necessário se deslocar até Taipu, em lombos de animais, ou caminhando já que não haviam automóveis ou estradas abertas para o trânsito.

Entre abril de 1913 e janeiro de 1973, foram quarenta e duas posses em substituição dos vigários da Paróquia de Taipu, conforme cronologia a seguir:

---

<sup>47</sup> Livro Tombo da Paróquia de Taipu, p 64

<sup>48</sup> Loc cit.

<sup>49</sup> Loc cit.

Quadro I: Cronologia dos padres da Paróquia de Nossa Senhora do Livramento:<sup>50</sup>

Nº	Padre	Posse
01.	Jeferson Urbano Rodrigues.....	18/04/1913
02.	Celso Cicco.....	22/02/1914
03.	Luiz Maria Bechold.....	05/11/1915
04.	Antônio Vicente da Costa.....	30/07/1916
05.	Manoel Barbosa Galvão.....	04/02/1916
06.	Luiz Maria Bechold.....	18/09/1916
07.	Pedro de Paula Barbosa.....	outubro de 1912
08.	Cônego Celso Cicco.....	02/10/1916
09.	Manoel Maria de Vasconcelos Gadêlha.....	18/05/1919
10.	José Maria dos Passos Cabral.....	30/01/1921
11.	João Maria Clemente de M. Barrêto.....	02/04/1922
12.	José Maria dos Passos Cabral.....	fevereiro de 1925
13.	Antônio Brilhante de Alencar.....	março de 1925
14.	Vicente de Paulo Freitas.....	04/02/1928
15.	Manoel Pereira da Costa.....	20/11/1929
16.	Cônego Luiz Adolfo da Costa.....	02/02/1930
17.	Cônego Miguel dos Reis Melo.....	23/03/1930
18.	Luiz Teixeira de Araujo.....	21/09/1930
19.	Cônego Celso Cicco.....	05/02/1932
20.	Fortunato Alves de Areia Leão.....	29/08/1933
21.	Cônego Celso Cicco.....	06/01/1935
22.	Antônio de Melo Chacon.....	10/03/1935
23.	Cônego Celso Cicco.....	25/08/1935
24.	Severino Bezerra.....	13/04/1939
25.	Expedito Sobral de Medeiros.....	21/01/1940
26.	Mário Eugênio Damasceno.....	28/07/1940
27.	Bianor Emilio Aranha.....	20/04/1941
28.	Antônio de Melo Chacon.....	11/01/1942
29.	Ramiro Varela.....	junho de 1943
30.	Antônio Antas.....	13/07/1945
31.	Vicente de Paulo Freitas.....	10/09/1947
32.	João Correia de Aquino.....	02/05/1941
33.	Vicente de Paulo Freitas.....	julho de 1951
34.	Ramiro Varela.....	13/01/1952
35.	Vicente de Paulo Freitas.....	setembro de 1952
36.	José Severino de Araujo.....	29/11/1952 (casou-se em 10/04/1961)
37.	Vicente de Paulo Freitas.....	21/11/1954
38.	Lucilo Alves Machado.....	01/05/1955
39.	José Luiz Silva.....	11/03/1956
40.	Cônego Rui Miranda.....	15/16/1958
41.	Luiz Lucena Dias.....	junho de 1957
42.	João Correia de Aquino.....	21/01/1973

<sup>50</sup> Ibidem, pp 56A, 57 e 57A.

Como é possível observar na cronologia exposta no quadro, o Cônego Celso Cicco e o Padre Vicente de Paulo Freitas, estiveram por cinco ocasiões a frente da Paróquia de Taipu, enquanto que o Padre José Maria dos Passos Cabral, permaneceu empossado durante apenas um mês, entre os meses de fevereiro e março de 1925.

O primeiro registro no Livro Tombo da Matriz de Nossa Senhora do Livramento de Taipu, acerca de visitas à Capela Coração de Jesus em Poço Branco, é de 1939, quando o Padre Severino Bezerra, diz que

*“no dia 29 de junho iniciei um triduo simples, em honra do Sagrado Coração de Jesus, cuja festividade igualmente simples encerrei no domingo, 2 de julho. No dia 16 de julho, celebrei no santuário do Inhandu, cuja festa é com grande freqüência promovida anualmente em honra da Santíssima Virgem de Lourdes, onde se encontra o altar ereto sobre uma grande pedra. (...) No dia 3 de dezembro, fiz a festa Sagrado Coração de Jesus, na Capela de Poço Branco, sendo lá administrado os sacramentos, da penitência, da comunhão, do batismo e do matrimônio”.*<sup>51</sup>

Naquela época as festividades do Padroeiro Coração de Jesus, aconteciam no final do mês de junho e início de julho, sendo que desde a emancipação política de Poço Branco, em 1963, comemora-se a festividade do padroeiro no último final de semana de outubro.

O que é possível observar nos relatórios elaborados pelos padres é a dificuldade que cada um encontrava para visitar as diversas capelas da Paróquia. O Padre João Correia de Aquino Vieira, por exemplo, relata as suas impressões de Taipu, escrevendo sobre um ‘município de gente pacata e laboriosa’. Escreve sobre a fé e o povo do interior:

*“consolou-me sobremaneira o fervor que se celebrou o mez mariano. Cada família empenhou o melhor de seus esforços por fazer realçar as homenagens de sua morte. Este espírito mariano domina também as Capelas que visitei. O povo se orgulha de não medrarem aqui as hervas daninhas de outras religiões. Entretanto a paganização das festas religiosas é também aqui um sintoma das dificuldades que enfermar a formação cristã do nosso povo”.*<sup>52</sup>

Torna-se possível perceber no relato do Padre a dificuldade e a demora entre as visitas às Capelas e, assim, suas conseqüências que, por sua vez, só não foram mais graves pela inexistência da ‘herva daninha de outras religiões’, referindo-se a ausência de templos protestantes, ou mesmo manifestações religiosas de origem africana, haja vista que no Rio

<sup>51</sup> Ibidem, p 21.

<sup>52</sup> Ibidem, p 26A e 27.

Grande do Norte esse tipo de prática espiritual é de pouca frequência, em função do reduzido número de indivíduos de origem africana trazidos para a Capitania do Rio Grande, no período colonial, sendo assim menos praticados e divulgados os ritos africanos.

Na seqüência o padre lamenta a vida estradeira, referindo-se que

*“a confortável residência paroquial é um insistente convite a uma permanência mais larga na sede. As necessidades, porém, das Capelas desta e da Paróquia de Touros que possui vinte e duas e está também sob minha responsabilidade, fazem-me um eterno missionário vivendo mais na cela do cavalo para a buléia do caminhão”*.<sup>53</sup>

Ocorreu ainda no período do Padre João Correia de Aquino Vieira

*“as santas missões do Frei Damião Bozzano, e do Frei Fernando, visitando a Matriz e as Capelas de Barreto e Poço Branco, onde o piedoso missionário lançou a semente da palavra de Deus com a peculiar eloqüência de seu grande ardor apostólico”*.<sup>54</sup>

Assim foi sucessivamente aparecendo nos relatos dos padres que visitaram a Capela de Poço Branco, Contador, Pousa e do Santuário do Inhandu. Com maior ou menor frequência, elogios e ressalvas à Capela e ao povo. As Capelas de Poço Branco e do Contador não mais existem em suas originais fundações, pois as duas localidades foram transferidas de local em função da construção da Barragem Engenheiro José Batista do Rego Pereira, na década de sessenta, inundando as duas localidades e Acauã, que não possuía e não possui, nenhuma Capela. Quanto a Capela Coração de Jesus, suas pedras foram utilizadas na construção da nova igreja na cidade, transferida há aproximadamente dois quilômetros à norte de onde se encontrava. Nada mais existe da antiga cidade, atualmente imersa sob as águas da barragem, a não ser a Pedra da Mina, que é possível ser avistada quando o nível das águas se encontra mais baixo, nos períodos de estiagem.

---

<sup>53</sup> Loc cit.

<sup>54</sup> Ibidem, p 29.

## 6.2 - Poço Branco Velho

A exemplo de muitas outras cidades do interior do Brasil, Poço Branco também passou por um momento que transformou por completo a cidade e a vida dos moradores: a construção da Barragem Engenheiro José Batista do Rego Pereira, a partir de 1959, num momento em que o Brasil fazia largos investimentos em estrutura, como parte do ambicioso plano de realizações do Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira, que prometia '*cincoenta anos de progresso em cinco de governo*'. (Ferreira, 1990)<sup>55</sup>

Com a obra, construída para conter as cheias do Rio Ceará-Mirim, a formação do lago inundou a povoação original,<sup>56</sup> bem como os povoados de Acauã e Contador. Com a formação do lago, o povoado de Contador foi transferido para o Povoado de Cravolândia, há dois quilômetros da margem esquerda do rio. Acauã, por sua vez, foi transportada para um terreno entre Contador/Cravolândia e a nova cidade de Poço Branco, estabelecida há dois quilômetros do local onde estava. A nova cidade, ampla e planejada, cresceria e em breve se tornaria município, emancipando-se de Taipu em 1963.

Porém, entre a população residente em Poço Branco e que viveu em Poço Branco Velho (como é chamada a antiga cidade), a lembrança do tempo das cheias do rio e do povoado com apenas três ruas, em volta de uma Capela construída sobre alguns patamares é contada aos mais novos e aos visitantes que não chegaram a conhecer Poço Branco Velho. Os relatos saudosos de um tempo de cheias do rio, fartura, tranquilidade e festas, dão a impressão de que a vida em Poço Branco Velho, um povoado isolado, de poucos recursos e quase esquecida nas portas do sertão, era muito melhor do que hoje, com todas as comodidades que o mundo moderno oferece, como a facilidade de em menos de uma hora estar na capital.

A perspectiva que o mundo oferece às pessoas é que transforma o sentimento de cada um em relação ao local em que vive. O sertanejo que vivia num mundo simples, sobrevivendo de seus esforços em sua terra de forma humilde, com o necessário e suficiente para a sua família, não tinha pretensões muito maiores do que as condições em que vivia, fazendo com que a vida que levava fosse sinônimo de bons tempos. Nos dias de hoje, o mercado e a sociedade de consumo, que com uma velocidade espantosa chegam aos pontos

---

<sup>55</sup> Op cit, p 341.

<sup>56</sup> V. foto nº 3, em anexo.

mais remotos, fazem com que os sonhos de cada um sejam cada vez maiores, frustrando aqueles que não conseguem sua realização. A perspectiva que se tem do mundo em que se vive, varia no tempo e no espaço, justificando todo o saudosismo que os mais antigos têm de Poço Branco Velho.

### 6.3 - A construção da Barragem de Poço Branco

*“ ‘Ceará-Mirim’ é o principal rio do município, pois tem um curso de 23 lagoas e vem dos massapês de Santa Rosa, entre Lajes e Angicos, passa esses dois municípios, nos de Baixa Verde e Taipu e vem entrar neste, no lugar Passagem das Pedras, banha a cidade, forma o grande valle agrícola e vae dasaguar no Atlântico, na Barra de Ignácio Goes. (...) O rio Ceará-Mirim tem fertilidade semelhante à do Nilo. (...) Todo Valle do Ceará-Mirim, e os menos do ‘mudo’, ‘Grajiru’ e ‘Nascença’, são prodigiosamente férteis”. (Lima, 1937)<sup>57</sup>*

Conforme Nestor Lima, o rio Ceará-Mirim tem sua nascente entre os municípios de Lajes e Angicos, cidades sertanejas do estado do Rio Grande do Norte, e deságua no Oceano Atlântico, no município de Ceará-Mirim, depois de percorrer Lajes, João Câmara (antiga Baixa Verde), Taipu (inclusive Poço Branco, ainda não desmembrado), e Ceará-Mirim, formando um vale fértil, sendo um dos lugares preferidos para a colonização, desde o início do século XVII. No entanto, a partir da segunda metade do século XIX é que surge uma discussão que culminará com a construção da barragem de Poço Branco, já no final da década de 50, do século XX, portanto, um século depois de idealizada.

A partir da metade do século XIX surgem os primeiros engenhos de açúcar no vale do Ceará-Mirim, sendo que já em 1860, a cidade já contava com 44 engenhos. A larga e lucrativa produção açucareira do vale era freqüentemente prejudicada pelas inundações provocadas pelas cheias do rio, causando prejuízos aos influentes produtores de açúcar, que inclusive exerciam cargos políticos importantes na província do Rio Grande do Norte. *“Até dois terços da produção chegou a ser prejudicada pelas cheias, em 1894”*. (Velho, 1894)<sup>58</sup>

Para buscar auxílio visando resolver o problema das inundações, os produtores do vale procuraram soluções junto aos governos federal e estadual. Uma das alternativas para solucionarem as dificuldades enfrentadas pelos produtores, foi o capital estrangeiro,

<sup>57</sup> LIMA, Nestor. *Municípios do Rio Grande do Norte: Ceará-Mirim e Currais Novos*. 1937, pp 136, 159, 160, 161.

<sup>58</sup> Discurso do Governador Pedro Velho, em 14/07/1894. Apud SOUZA, Jair F. *Monografia*, 1999.

sobretudo inglês, que impulsionou a instalação de uma usina no vale do Ceará-Mirim, moendo a cana produzida pelos proprietários de terras no vale. A primeira usina instalada foi a São Francisco, em 1922. O declínio dos engenhos até o desaparecimento por completo contrasta com o crescimento da usina, que passa a produzir à partir de sua própria matéria-prima, adquirindo as terras adjacentes, antes fornecedoras. (Andrade, 1981)<sup>59</sup>

Com a tentativa de revitalizar a economia açucareira no vale do Ceará-Mirim, as enchentes novamente surgiram como causadoras de queda na produtividade, a exemplo do ano de 1923, em que o inverno rigoroso alagou os canaviais. (Lima, H, 1987)<sup>60</sup> Durante a década de 30, a construção de uma barragem no rio Ceará-Mirim foi amplamente defendida, sobretudo nos discursos políticos como o Senador Joaquim Ignácio no Senado Federal, feito em 1936. (Souza, 1999)<sup>61</sup> O objetivo da construção da Barragem era conter as cheias do rio, disciplinando o regime de águas, e ainda manter um reservatório para irrigar as terras mais altas além das várzeas do Ceará-Mirim.

Entre o período do discurso do Senador Ignácio e o início da construção da barragem em 1959, decorreram 23 anos, em que a Segunda Guerra Mundial e a conturbada situação política brasileira não permitiram a realização da obra.<sup>62</sup> Somente quando o Presidente Juscelino Kubstschek de Oliveira assumiu em 1956, estabelecendo um plano ambicioso de realizações, prometendo 'cinco ano de progresso em cinco de governo' (Ferreira, 1990)<sup>63</sup>, é que a construção da barragem foi iniciada, ainda assim, na segunda metade do mandato do presidente.

Com o impulso de desenvolvimento do período de governo JK, o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca -DNOCS-, construiu 486 açudes. (Souza, 1999)<sup>64</sup> Dentre eles estava a Barragem de Poço Branco que além de conter as cheias do rio Ceará-Mirim, formou um lago de 135.000.000 de m<sup>3</sup> de água. Entretanto, apesar de beneficiar a produção canavieira no vale, com o rio que passou a ter um regime regular de águas, independente das chuvas, a formação do lago fez com que as localidades de Poço Branco, Acauã e Contador fossem inundadas, junto com as férteis várzeas do vale, fertilizado pelas cheias do rio, nos anos de inverno (Souza, 1999)<sup>65</sup> a exemplo do rio Nilo, no nordeste da África.<sup>66</sup>

<sup>59</sup> ANDRADE, Manoel Correia de. *A produção do espaço norte-rio-grandense*. 1981, p 34.

<sup>60</sup> LIMA, H, 1987, p 98. Apud SOUZA, Jair F, *Monografia*, 1999.

<sup>61</sup> Op cit, p 28.

<sup>62</sup> Ibidem, p 29.

<sup>63</sup> FERREIRA, 1990, p 341

<sup>64</sup> Op cit, p 30.

<sup>65</sup> Loc cit.



As localidades de Poço Branco, Acauã e Contador foram transferidas para terrenos mais elevados, cerca de 2 km acima do leito do lago formado. As férteis várzeas, porém, deram lugar às águas da barragem. Os moradores de Poço Branco viram seu passado ser gradativamente submerso pelas águas, ao passo que a nova cidade ia sendo construída, organizada, planejada, com amplas avenidas e construções modernas. Nas localidades de Contador e Acauã, a transferência de local foi mais difícil do que em Poço Branco, pois com o desmembramento do Município de Taipu, em 1963, Poço Branco passou a ser a sede do município criado, recebendo maiores cuidados em suas estruturas, além da proximidade do canteiro de obras da barragem, que gerava grande número de empregos, trazendo prosperidade econômica. Contador foi transferido para junto de Cravolândia sendo atualmente um dos distritos mais populosos do município de Poço Branco. Acauã, por sua vez, foi transferida para um terreno entre Cravolândia e Poço Branco, tendo sofrido impacto maior que as outras localidades, pois os habitantes tinham a produção agrícola baseada nas várzeas férteis do rio. O impacto sofrido por esta localidade ainda nos dias de hoje se faz sentir, num processo de exclusão social que dura mais de três décadas e lentamente vai sendo amenizado através da organização da comunidade que em 1998 formou a Associação de Moradores de Acauã -AMA-, buscando o desenvolvimento de projetos comunitários no local.

Aos moradores de Contador/Cravolândia e sobretudo de Poço Branco que, embora tiveram que enfrentar as dificuldades de um processo de adaptação dessa natureza, as condições proporcionadas pelas características que as novas localidades apresentavam, favoreceram para a reorganização da sociedade e seu desenvolvimento para que se configurasse as atuais características, o mesmo não acontecendo com o povoado de Acauã.

---

<sup>86</sup> Antigamente as cheias anuais inundavam e fertilizavam as várzeas, até que a construção da Barragem de Assuan, regularizasse as águas que não mais inundaram e fertilizaram as margens do Nilo, responsáveis pela imensa maioria da produção agrícola do Egito.

#### 6.4 - O rompimento da Barragem

Em 1964, ano seguinte da inauguração da obra, o rigoroso inverno causou o rompimento da barragem e conseqüentemente a destruição causada pela inundação das águas, no vale adiante da formação do imenso lago de 135.000.000 de m<sup>3</sup>. De acordo com o relato de Antônio Saldanha Filho, no livro de memórias *Taipu minha cidade minha saudade*, a destruição e o transtorno causado pelo rompimento da barragem foi muito grande.

*“...ocorreu no ano de 1964. Neste ano o inverno bateu forte no sertão e a barragem de Poço Branco não suportou ao aguaceiro. Arrombou e trouxe conseqüências imprevisíveis a população. Taipu viveu dias de horror, provocados por uma situação de calamidade, antes nunca vista. A rua fervilhando de gente, com os cacarecos na cabeça, procurando os lugares mais altos da cidade para se estabelecer e o rio lá embaixo roncando, sem dar trégua a ninguém. Crianças chorando, adultos gritando e a água aumentando sem parar. Não era para deixar de sentir medo. O rio na sua fúria, já tinha derrubado as pontes ferroviária e rodoviária. Só depois de alguns dias, veio a bonança e fomos ver o que o rio deixou de bom. Ficaram os poços para banhos de gente e animais, as vazantes para o plantio de batata doce, a festa dos vendedores de sequilhos e os canoeiros das baldeações, o dinheiro que ganhava-se desatolando-se caminhões. Nestes dias, o ônibus que vinha de Natal ficava do lado da cidade, sendo o povo passado em canoas para apanhar outro que já estava na outra margem. A passagem era feita em canoas rústicas, sendo que houve algumas que chegaram a virar.”*(Saldanha Filho, 1995)<sup>67</sup>

Até um helicóptero foi acionado para resgatar vítimas que ficaram ilhadas na cabeceira da ponte, sendo dois engenheiros da construção da barragem e um senhor residente em Taipu.

De acordo com o Senhor Raimundo Rodrigues da Silva, calculista da barragem, em palestra proferida no dia 15/11/1999, na Escola Municipal Ministro Aluizio Alves, em Poço Branco, para alunos do curso de Pedagogia da UFRN, campus de João Câmara, presenciada pelo autor, o rompimento foi causado pela construção de uma parede de 15 metros, no canal de desvio das águas, quando o necessário seria uma parede de 25 metros. A ordem para que a parede fosse construída com apenas 15 metros e não com 25 foi dada pelo engenheiro responsável pela obra, apesar dos insistentes apelos de outros técnicos, como o próprio Raimundo Rodrigues.

---

<sup>67</sup> SALDANHA FILHO, Antonio. *Taipu: minha cidade, minha saudade*. 1995, p28.

## 7 - ASPECTOS GEO-POLÍTICOS E CULTURAIS

### 7.1 - Geografia

O Município de Poço Branco, localizado na zona Agreste Potiguar, região do Mato Grande do Rio Grande do Norte, limita-se ao norte com Pureza, ao Sul com Bento Fernandes, a leste com Taipu e Ielmo Marinho, e a oeste com João Câmara, possuindo uma área de 225 km<sup>2</sup>, distante 60 quilômetros de Natal, Capital do estado.<sup>68</sup>

A posição geográfica do município é de 5°38' de latitude sul, e 35°40' de longitude oeste, com uma altitude média de 82,76 metros sobre o nível do mar. A média de precipitação pluviométrica anual é de 632 mm/m<sup>2</sup>, com temperatura máxima de 32°C e mínima de 24°C. O clima semi-árido apresenta uma temperatura média anual de 27,07°C, com período normal de chuvas entre os meses de fevereiro e junho, com umidade relativa do ar em média de 70%. Poço Branco está localizado dentro dos limites do 'Polígono das Secas'.

A geologia apresenta formação rochosa predominante na região sul, com lajedos de granito (porção mais elevada), e presença de calcário no norte (porção mais baixa),<sup>69</sup> algumas regiões de terrenos de arisco, e áreas com terrenos cultiváveis.

A caatinga é a vegetação predominante, com grande quantidade de *hiperxerófilas*<sup>70</sup> (vegetação de caráter mais seco), com abundância de cactáceas e plantas de porte mais baixo e espalhado, apresentando grande quantidade de coqueiros e árvores frutíferas, como mangueiras, umbuzeiros e cajueiros.

---

<sup>68</sup> V. mapa nº 6, em anexo.

<sup>69</sup> V. foto nº 16, em anexo.

<sup>70</sup> V. foto nº 15, em anexo.

Como recursos hídricos, o município conta com a Barragem Engenheiro José Batista do Rego Pereira, com um reservatório de 135.000.000 de m<sup>3</sup> de água, no rio Ceará-Mirim, que corta o município de oeste para leste. Existem várias outras barreiras, insuficientes para o abastecimento de água para a população e para os animais, em função da baixa qualidade da água. A cidade, os distritos e povoados são quase totalmente abastecidos por água encanada e luz elétrica, embora não haja sistema de captação de esgotos.

O Censo do IBGE de 1996 registrou um total de 11.303 habitantes, sendo que 6.128 estão na zona urbana e 5.175, na zona rural. Do total de habitantes 5.712 são homens (3.030 na zona urbana e 2.682 na zona rural), e 5.591 são mulheres (3.098 na zona urbana e 2.493 na zona rural). Apresenta um total de 2.227 unidades domiciliares, sendo 1.272 na zona urbana e 1.005 na zona rural.<sup>71</sup>

## 7.2 - Toponímia

**ACAUÃ** - Rio em Currais Novos e Acari, desaguando no rio Seridó. Denomina o vale margeante. "Ribeira do Seridó ou Cahuam" num documento de abril de 1745. Nome de riachos e serrotes. Sertão de Acauã, Cauã, voz onomatopaica da ave *Herpethotes cachinans*, respeitada pelos indígenas pela sua inimizade aos ofícios. Diziam-na mensageira do além túmulo. Batista Caetano fazia provir de *acá*, decidido, resoluto, e um sufixo valendo "briguento". No Pará e Amazonas determina uma obsessão nas mulheres, modalidade histórica, obrigando-as a repetir, convulsivamente, na fase da crise, o nome da ave. Herediano Zenaide (AVES DA PARAÍBA, João Pessoa, 1953), encontrou no município paraibano de Souza uma romeira de Alagoas, dirigindo-se ao Juazeiro, Ceará, sofrendo da mesma neurose. Stradelli afirma -o agourento no Amazonas. (Cascudo, 1968).<sup>72</sup> Nome de povoado, em Poço Branco, com maioria da população negra.

**CONTADOR** - Localidade em que existiu um corredor estreito, entre duas pedras altas, por onde o gado passava para ser contado; atualmente é um dos distritos de Poço Branco.

---

<sup>71</sup> Fonte: IBGE, 1996.

<sup>72</sup> Op cit, p 65.

**EXU** - de *eich* ou *eira-chu*, *abelha negra*; (Casculo, 1968)<sup>73</sup> **Enxu, Inxu**, Poço do Enxu, antiga piscina natural de água doce, local de lazer em Poço Branco Velho.

**INHANDU** - de *Nhandu*, a *Ema*; ou *Iandú*, a *aranha*. (Casculo, 1968)<sup>74</sup>

**PIRAPORA** - lugar em Mossoró e à margem do rio Ceará-Mirim, referido na petição de João Carneiro da Cunha, Capitão Mor dos Santos Cosme e Damião da Igaraci, em janeiro de 1737. De **Pirapora**: a *morada do peixe, o que contém peixe*. (Casculo, 1968)<sup>75</sup> Nome intermediário de Taipu Grande e Poço Branco, dado por indígenas no vale do Ceará Mirim, até 1809, quando deixaram a região fugindo do terremoto.

**POÇO BRANCO** - Na primeira metade do século XIX, os comboios de gado vindos do sertão em direção a Natal, passavam pela Pousa, conferiam o gado no Contador e chegavam a Poço Branco, um olheiro de pedra, envolto em areia muito branca, dando origem ao nome da localidade anteriormente chamada de Taipu Grande e depois Pirapora; distrito de Taipu, a partir de 1958 e município desde 1963, criado pelo decreto 2899.

**TAIPU** - de *itá-ipú*, a *fonte da pedra, o olheiro da pedra*; ou *itá-i-pú*, a *pedrinha sonora, a pedra ressoadora, pedra de sino, fonólito*; (Casculo, 1955)<sup>76</sup> *O coronel Manoel Rodrigues Coelho, em 21 de novembro de 1709 era proprietário da Parage chamada Taipu Grande, onde há um Posso* (Casculo, 1968)<sup>77</sup> **Taipu-do-Meio**, atual município de Taipu; **Taipu Grande**, atual município de Poço Branco.

**TAPIATÁ** - de *itá-piatá*, *pedra do descanso, 'lugar de arranco dos comboios demandando o litoral'*. (Casculo, 1968)<sup>78</sup>

**TAPUIO** - Rio no Apodi. Lugar e riacho no Açú. Serra no Caicó. Riacho em Lajes. Lugar e riacho em Governador Dix-Sept Rosado, com minas de gesso. No singular e plural, topônimo divulgado. Na classificação primitiva era o habitante do interior, o bárbaro, o

<sup>73</sup> Ibidem, p 87.

<sup>74</sup> Ibidem, p 92.

<sup>75</sup> Ibidem, p 115.

<sup>76</sup> Op cit, p 350.

<sup>77</sup> Op cit, p 234.

<sup>78</sup> Ibidem, p 126.

indígena não tupi. Sob esse nome reuniam os indígenas de todas as raças com o título vago de *Tapuia* que, para o povo em comum, é sinônimo genérico do aborígene, como ainda ocorre no Pará-Amazonas. O *tapuio* ou *tapuia* sempre foi entendido como *não-civilizado*, refratário ao convívio dos *brancos*, dos *cristãos*, coboclo-brabo, “largado no mato”. A divisão etnográfica de outrora dividia a região entre *tupis no litoral* e *tapuias no interior*, no sertão, “nas brenhas”. Essa é a imagem instintiva e geral (Stradelli, Tastevin, Teodoro Sampaio), modificada atualmente quando se verifica a não existência de *tapuios*, como grupo humano específico e culturas caracterizadas. Pelo nordeste nos séculos XVII e XVIII, a menção *tapuio* era uma alusão ao Cariri, ao tarairiú. As denominações originavam-se desse conceito. (Casudo, 1968)<sup>79</sup>

**TUPI** - Lugar no Açú e Taipu. Grande raça histórica no litoral do Brasil no Século XVI, aliada e adversária dos portugueses, com a maior e mais acentuada presença indígena na cultura popular brasileira. A tradução é controvertida. Teodoro Sampaio registra duas: *tupi*, o pai supremo, o primitivo, o genitor; e *tupin* ou *tupin*, o irmão do pai. Os potiguares eram tupi. (Casudo, 1968)<sup>80</sup>

### 7.3 - Economia e Política

O maior empregador do município é o poder público local, com mais de 500 funcionários, pagos com o Fundo de Participação dos Municípios -FPM-, além de agroindústrias existentes na zona rural, como casas de farinha. Os principais produtos agrícolas são a mandioca, o feijão, a cana-de-açúcar, o abacaxi, a castanha de caju e a batata-doce, entre outros (ver quadro).

---

<sup>79</sup> Ibidem, pp 126, 127.

<sup>80</sup> Ibidem, p 129.

**Quadro 2:** Demonstrativo de produto, área colhida, quantidade produzida e valor da produção.

<b>PRODUTO</b> (culturas permanentes)	<b>ÁREA (ha)</b> <b>COLHIDA</b>	<b>QUANTIDADE</b> <b>PRODUZIDA</b>	<b>VALOR DA</b> <b>PRODUÇÃO (R\$ 1)</b>
Abacaxi (1000 frutos)	42	924	443.000
Batata-doce (t)	26	117	28.000
Cana -de-açúcar (t)	300	13.500	267.000
Feijão em grão (t)	260	156	74.000
Mandioca (t)	900	7.200	324.000
Milho (t)	280	140	21.000
Castanha de Caju (t)	80	16	6.000
Côco-da-Bahia (1000 frutos)	25	85	11.000
Pimenta do Reito (t)	50	35	12.000

Fonte: IDEC - Anuário Estatístico 1997, capítulo 3

Analisando o quadro, a cultura com maior área plantada é a da mandioca, cultivada em praticamente todo o território do município, produzindo 7.200 toneladas, e arrecadando 324 mil reais, numa área de 900 hectares, proporcionando uma média de 360 reais por hectare produzido. No entanto, a cultura do abacaxi produziu 924 mil frutos, arrecadando 443 mil reais, numa área de apenas 42 hectares, proporcionando uma média superior a 10.500 reais por hectares produzido, tornando-se a mais rentável. A castanha de caju e o milho, são as culturas que tem o menor valor de produção por área colhida, rendendo apenas 75 reais por hectare produzido.

O comércio é pouco movimentado em função do baixo poder aquisitivo da população, mesmo com os 199 estabelecimentos comerciais, e a arrecadação local de ICMS, representou apenas 0,23% do total do Estado. A feira é o local de maior movimentação comercial, ocorrendo aos domingos.<sup>81</sup>

Ainda de acordo com o IDEC, o efetivo do rebanho é de 5.563 cabeças de gado; 225 de eqüinos; 461 de suínos; 370 de asininos; 133 de muares; 302 caprinos. Do rebanho bovino, são 1.041 vacas, que produziram 541 mil litros de leite, atingindo uma média inferior a 1,5 litros de leite animal/dia. Na avicultura os dados apontam o número de 3.492 galinhas e outros 5.436 galos, frangas(os) e pintos. Foram produzidas 28 mil dúzias de ovos.<sup>82</sup>

Outros empregadores são o poder público estadual, que mantém escolas e posto de saúde, e projetos e associações, como o Programa Alfabetização Solidária, que mantém 22

<sup>81</sup> V. Foto nº 10, em anexo.

<sup>82</sup> RN/IDEC, 1997.

professores trabalhando na alfabetização de jovens e adultos, oferecendo semestralmente 500 vagas, além da Associação dos Pescadores de Poço Branco, que organiza as dezenas de pescadores que buscam sua sobrevivência nas águas da Barragem, pescando camarões e peixes, inclusive o Tucunaré.

O serviço público municipal conta com o Hospital Maternidade Virgínia de Carvalho e quatro postos de saúde, sendo três na zona rural, embora não tenham atendimento regular. Conta ainda com quinze escolas municipais, duas estaduais e outras duas escolas isoladas. O município é sede de comarca, tendo fórum e cartórios.

A emancipação política do município ocorre com o decreto de 26 de julho de 1963, publicado no Diário Oficial da União no dia 27 de julho de 1963, nos termos da lei 2.899, tendo sido emancipado do município de Taipu, ao qual pertencia como distrito criado em 17 de dezembro de 1958.<sup>83</sup> A emancipação de Poço Branco foi um movimento político empreendido na Câmara de vereadores de Taipu, por iniciativa dos senhores vereadores José Francisco de Souza, Raimundo Rodrigues e Ivan Cardoso de Carvalho.

Na história política de Poço Branco, destacam-se os ex-prefeitos:

**Quadro 3: Cronologia dos ex-prefeitos:**

Nº	Prefeito	Período
1.	Cicero Freitas	mar/1964 até 31/01/1965
2.	Walban Bezerra de Farias (eleito)	1965 a 1968
3.	Ivan Cardoso de Carvalho	1969 a 1972
4.	João Ferreira da Cruz	1973 a 1976
5.	José Francisco de Souza	1977 a 1982
6.	João Ferreira da Cruz (segundo mandato)	1983 a 1988
7.	José Sebastião Sobrinho	1989 a 1992
8.	José de Arimatéia da Cunha	1993 a 1996
9.	Francisco Fernandes do Nascimento	desde 1º de janeiro de 1997.

Os atuais prefeito, vice-prefeito e vereadores, foram eleitos no pleito realizado em 03 de outubro de 1996, sendo empossados em 01 de janeiro de 1997, para um mandato de 4 anos.<sup>84</sup> O Atual prefeito é o Sr. Francisco Fernandes do Nascimento, do PFL, conhecido como Fernando Cândido, e o vice-prefeito é o Sr. Roberto Lucas de Araujo, do PSB. A Câmara de vereadores conta com 10 vereadores relacionados a seguir:

<sup>83</sup> Diário Oficial da União, Poder Legislativo, 27/07/1963, p 5. Anexo.

<sup>84</sup> Fonte: Câmara Municipal de Poço Branco.



1. Antônio Alves de Lima (*Antônio Damião*) - PFL
2. Francisco *Canindé Fernandes* do Nascimento - PFL
3. Francisco Ferreira Dantas (*Chico Neto*) - PL
4. João Teixeira do Nascimento (*João Cândido*) - PTB
5. José de Freitas Sobrinho (*Zé de Freitas*) - PMDB
6. *Luiz Felix* de Moraes - PFL
7. Nilse Cavalcante da Silva (*Dona Nilse*) - PSB
8. Raimundo *Nonato* da Silva - PTB
9. Rizonaldo *Araujo* - PTB
10. *Zênia* Maria Rodrigues Dantas - PFL

#### 7.4 - Cultura, lazer e imaginário

Em termos de cultura e lazer, destacam-se as festividades religiosas, como Santo Antônio, São João e São Pedro, no mês de junho, a Festa do Padroeiro Coração de Jesus, comemorada no mês de outubro (nos povoados, cada padroeiro tem a sua época), apresentações do Grupo teatral *Águia*, durante a Semana Santa, com encenações da Paixão de Cristo, com grande mobilização popular, e o carnaval, considerado o melhor da região. Também comemora-se a emancipação política do município, em julho. Outras tradições populares como o Boi de Reis, a Ciranda, o João Redondo, a Argolinha e o Pastoril, foram atividades culturais de maior importância mas que com o passar do tempo vão caindo no esquecimento, apesar de alguns esforços isolados na tentativa de preservação da cultura popular.

#### *O Imaginário*

Além da religiosidade do povo, uma constante entre as populações do interior do Brasil, sobretudo nordestinas, também é comum a existência de histórias fantásticas, ligadas ao imaginário popular. Mesmo com a consciência de que muitas outras existem, aqui registraremos uma, *A Lenda da Pedra da Mina*, sendo esta a mais interessante e presente entre as pessoas. A versão aqui apresentada foi contada por Lauro Guedes da Fonseca, 46

anos, ex-morador de Poço Branco Velho, quando contribuiu nos guiando pela Barragem até os locais onde existiram Poço Branco Velho, Acauã e Contador, na manhã do dia 11 de abril de 1998.

*‘Certa noite um homem sonhou com um tesouro enterrado embaixo de uma grande pedra, próximo a sua casa. Este tesouro seria seu, mas ele não deveria ser a pessoa que iria desenterrá-lo, sob a pena de perder a vida.*

*No dia seguinte, acompanhado de um amigo, foi até o local indicado no sonho a fim de procurar o tesouro ao pé da grande pedra. Seu companheiro escavou até que encontrou uma mala enterrada, indicando que o sonho tornara-se, naquele momento, realidade. Seu amigo tentou, em vão, retirar a mala para fora do buraco. Nesse momento, o sonhador precipitou-se a ajudar o companheiro para retirar a pesada mala e, quando conseguem realizar a tarefa, uma grande rocha se desprende do alto da pedra e rola sobre ele, surpreendendo-o e tirando sua vida. Seu amigo então pega sua mão ensanguentada e a coloca sobre a pedra que, a partir de então, passou a ser conhecida como Pedra da Mina.’*

Nesta história constata-se pontos interessantes. A princípio esta é uma das lendas mais contadas no interior do Brasil e em toda a América Latina. Sempre comuns são contos de tesouros enterrados em malas, baús e panelas, e as maldições que os acompanham. É provável que algum visitante que tenha passado por Poço Branco, ou mesmo ficado, tenha apresentado a versão da lenda, aproveitando a marca de sangue em forma de mão que de fato existiu na pedra, certamente uma pintura rupestre, comum nos lajedos de granito da região, como outros exemplares ainda expostos, sendo que o da Pedra da Mina deixou de existir depois de ter sido inundado pelas águas da Barragem de Poço Branco. A partir de uma primeira versão, outãs surgiram, pouco variando desta aqui apresentada e conhecida pela população em geral, sobretudo os mais antigos.

## 8 - CONCLUSÃO

Ao final desta pesquisa, concluímos que as terras atualmente compreendidas pelo município de Poço Branco conheceram quatro períodos distintos: o período *pré-histórico*, o período da *colonização*, o período da *recolonização*, e o período *após a construção da barragem*.

O primeiro deles refere-se a época antes do descobrimento do Brasil e da conquista do Rio Grande do Norte, na virada dos séculos XVI e XVII. Até o momento, considera-se o litoral como sendo área de ocupação indígena Tupi, enquanto que o interior área de ocupação indígena Tarairiú, sem que, no entanto, haja uma delimitação mais específica entre os territórios, apesar de que é comprovada que a presença de indígenas do grupo Tarairiú no litoral, mesmo não tendo habitado à beira mar. A dúvida que surge é a de que com a presença de material lítico típico do grupo Tapuia (Tarairiú) e a inexistência de cerâmica, vestígio típico tupi, no território de Poço Branco, é possível que antes da conquista do Rio Grande do Norte pelos portugueses, estas terras tenham sido habitadas por indígenas do tronco Tapuia, e não Potiguar, como até o momento acredita-se que seja. Os nomes das localidades do município de Poço Branco e região em linguagem tupi, como Tapiatá, Itaiipi, Pirapora, e outros, surgiram depois do início da conquista, quando os homens brancos avançavam em direção ao interior, sobretudo as ribeiras do Ceará-Mirim, trazendo a companhia dos índios tupi, apaziguados na época de Jerônimo de Albuquerque. De qualquer maneira, todas as evidências levam a crer que o território compreendido pelo município de Poço Branco era área de dominação Tarairiú e não Tupi. Além disso, o potencial arqueológico pode contribuir na compreensão da extinção da megafauna, através do aprofundamento dos estudos nos sítios arqueológicos existentes.

Num segundo momento, há o período de colonização, sendo que as várzeas do rio Ceará-Mirim, na altura de Poço Branco, durante mais de um século foi a última povoação da Capitania do Rio Grande, quando algumas famílias se estabeleceram na *parage chamada Taipu Grande, onde há um poço*. O povoamento teria encontrado nas férteis várzeas do rio Ceará-Mirim um local propício para o estabelecimento de sítios e fazendas, apesar da presença do indígena que, massacrado na Guerra dos Bárbaros no final do século XVII e início do século XVIII, não mais faz parte da paisagem de todo o estado. Com o avanço da frente pastoril, a contra ofensiva Tapuia guerrilhou nas ribeiras do rio Açu, Apodi e Ceará-Mirim, sendo que ainda hoje encontramos em Poço Branco descendentes daqueles que sobreviveram à Guerra dos Bárbaros. Apesar da guerra e da colonização branca estabelecendo sítios espalhados pelas várzeas do Ceará-Mirim, os índios permaneceram no local até pelo menos 1809, quando em função de um forte terremoto causado por uma falha geológica, há dez quilômetros ao norte do vale do rio, fez com que quase toda população indígena deixasse a região e partisse para as margens do rio Potengi, encerrando o segundo período histórico de Poço Branco. Neste período encontramos um ponto importante no que se refere ao nome das localidades de Taipu e Poço Branco. Taipu teria tido sua origem de uma localidade chamada Taipu do Meio, como comprovam as datas de terras doadas naquele local já durante o século XVII, não tendo nenhuma relação com o aldeamento Itaiipi (Tapure), como sugere Câmara Cascudo, pois este aldeamento citado, de acordo com o relato dos holandeses e dos próprios portugueses, estava localizado às margens do rio Potengi, e não do Ceará-Mirim. Quanto a Poço Branco, o povoado tem origem na localidade denominada Taïpu Grande, citada nas datas de doação de terras desde o início do século XVII, sendo possivelmente ainda mais antigo do que Taipu. Além de Taipu Grande, a localidade foi também chamada de Pirapora, pelos índios até 1809. Somente na segunda metade do século XIX é que a localidade será conhecida como Poço Branco, nome dado por boiadeiros que utilizavam do poço de águas entre as pedras e envolto em areia muito branca, para o abastecimento.

O terceiro período da trajetória de Poço Branco inicia quando nas primeiras décadas do século XIX, o local é recolonizado, quando a família Cachiado chega a Poço Branco, vindo do Alto Sertão, encontrando um local apropriado para sobreviver, num ponto onde havia água de boa qualidade, árvores frutíferas, proximidade da capital, e as férteis várzeas do rio Ceará-Mirim, que garantiam a produção. Posteriormente, já na década de 60 do século XIX a família Rodrigues chega, e depois outras, formando o povoado que dá origem

a Poço Branco, sem imaginar que desde aquele período, a construção de uma barragem naquele local, estava sendo idealizada, como recurso para que as águas do Ceará-Mirim não mais inundassem o vale canavieiro dos senhores de engenho de Ceará-Mirim. Apenas um século depois de idealizada é que a barragem foi construída e o regime de águas regulado, mudando por completo a vida das localidades de Poço Branco, Acauã e Contador, inaugurando o quarto período de Poço Branco, que inicia com os inúmeros empregos gerados pela construção da segunda maior barragem do estado do Rio Grande do Norte. Entretanto, depois do término da obra, mesmo tendo alcançado a independência política, o município passou a ser mais uma localidade do interior, carente de investimentos e estrutura.

Com uma economia frágil, dependendo quase que exclusivamente do poder público municipal, a cidade se desenvolve lentamente, castigado pelas sucessivas secas que atingem a região nordeste e pela falta de investimentos, em função da pouca qualificação da mão-de-obra disponível, sendo que aqueles que conseguem emprego, geralmente vão trabalhar na capital.

Até que um novo período da trajetória de Poço Branco seja iniciado e mude o panorama da cidade e a perspectiva de seu povo, preferencialmente sem guerras, terremotos ou inundações, mas que com educação e desenvolvimento, o município apresente novas fontes de informações no futuro, para que sejam coletadas e analisadas. Mesmo com a consciência que aqui não estão todos os dados pré-históricos e históricos possíveis, apresentamos aos professores, pesquisadores, alunos e a comunidade em geral, nosso trabalho através desta contribuição a respeito da *História de Poço Branco*.

## 9 - BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Manoel Correia de. *A produção do espaço norte-rio-grandense*. Natal: UFRN, 1981.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Nomes da Terra: história, geografia e toponímia do Rio Grande do Norte*. Natal: Fundação José Augusto, 1968.

\_\_\_\_\_. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1955.

FERREIRA, Olavo Leonel. *História do Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.

LIMA, Nestor. *Municípios do Rio Grande do Norte: Ceará-Mirim e Currais Novos*. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, vol 27/28, 1ª. ed, 1937.

LOPES, Fátima Martins. *A Pesença Mssionária na Capitania do Rio Grande do Norte*. caderno de História - UFRN, Natal, V 1, N 1, jul-dez, 1994.

\_\_\_\_\_. *Missoões religiosas: índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte*. Recife: UFPE, dissertação de mestrado, 1999.

LYRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. 3. ed. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1998.

MARTIN, Gabriela. *Pré História do Nordeste do Brasil*. Recife: UFPE, 1990.

MEDEIROS, Tarcísio. *Proto História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: ed  
Presença, co-ed. Fundação José Augusto, 1985.

MEGGERS, Betty J. *América Pré-histórica*. Rio de Janeiro: 22. ed. Paz e Terra, 1979.

PAIVA NETO, Francisco Fagundes. "*Guerra indígena do Açu*": *do avanço da frente  
pastoril ao repovoamento do sertão do Rio Grande do Norte (1687-1720)*. Caderno de  
História - UFRN, Natal, V 1, N 1, jul-dez, 1994.

PROFESSORES de Poço Branco. TARGINO, Sebastiana R., TARGINO, Íris, PAZ,  
Manoel Gerdeon da, *História do Município de Poço Branco-RN: sua origem, sua  
história*. Poço Branco, 1985.

RIVET, Paul. *As origens do Homem Americano*. São Paulo: Anhambi, 1960.

SALDANHA FILHO, Antonio. *Taipu: minha cidade, minha saudade*. Taipu, 1995.

SOUZA, Jair Ferreira de. *A história da luta de uma comunidade rural contra a exclusão  
social, em Poço Branco-RN*. Natal: UFRN, monografia, 1999.

SUASSUNA, Luiz Eduardo B., MARIZ, Marlene da Silva. *História do Rio Grande do  
Norte colonial (1597/1822)*. Natal: Natal Editora, 1997.

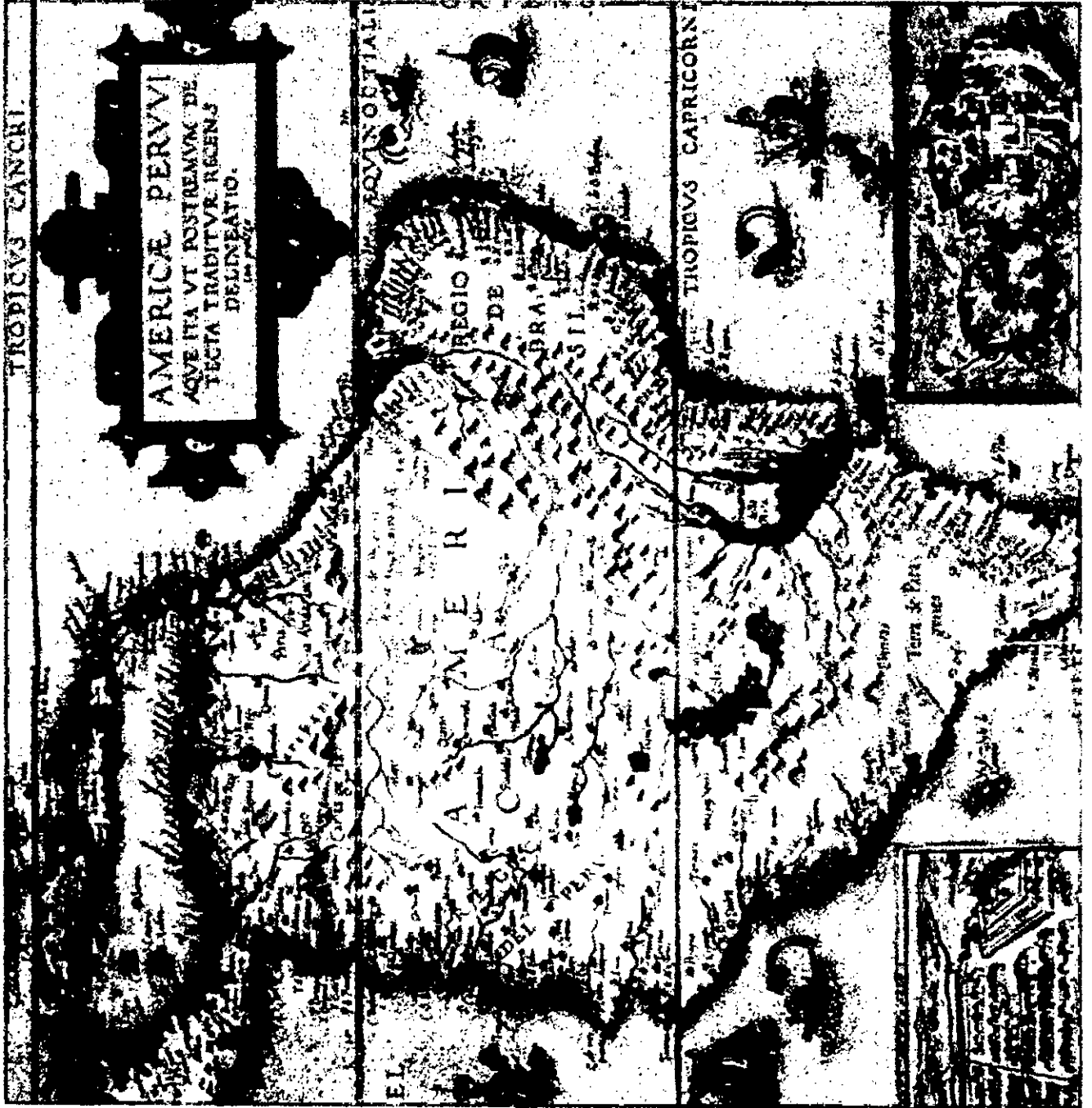
## 10 - FONTES

- Livro de Datas e Sesmarias. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.
- Livro Tombo da Paróquia de Nossa Senhora do Livramento, de Taipu.
- Pinturas Rupestres da Tradição Agreste. Sítio Arqueológico de Lagoa do Boi e do Inhandu.
- Material Lítico (pedras lascadas).
- BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 1996*. Brasília: 1996.
- RIO GRANDE DO NORTE, Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente. Anuário Estatístico do Rio Grande do Norte 1997. Natal: IDEC, vol 24, 1997.
- RIO GRANDE DO NORTE, Secretaria de Trabalho e Assistência Social. Perfil sócio econômico de Poço Branco. Histórico do Município. I parte. Natal: 1998.
- MANUSCRITOS, Senhor Raimundo Rodrigues da Silva.
- Fotos.
- Mapas.



## **11 - ANEXO**

## **11.1 - MAPAS**



TROPICVS CANCRI

AMERICA PERUVI  
ACVE ITA VT POSTREMAVM DE  
PECTA TRADITVR RECENS  
DELINEATIO.

TROPICVS CANCRI

TROPICVS CAPRICORNI

AMERICA

REGIO DE BRAZILIA



**Mapa nº 02: Capitánias Hereditárias**  
**Fonte: Mapas Históricos Brasileiros**  
**Contribuição: Profº Luiz Dutra de Sousa Neto**

Mapa do século XVII demonstrando nove Capitánias Hereditárias e os respectivos donatários. No extremo norte, a Capitania de João de Barros, referente a do Rio Grande.



**Mapa nº 03: Territórios Indígenas Tradicionais**

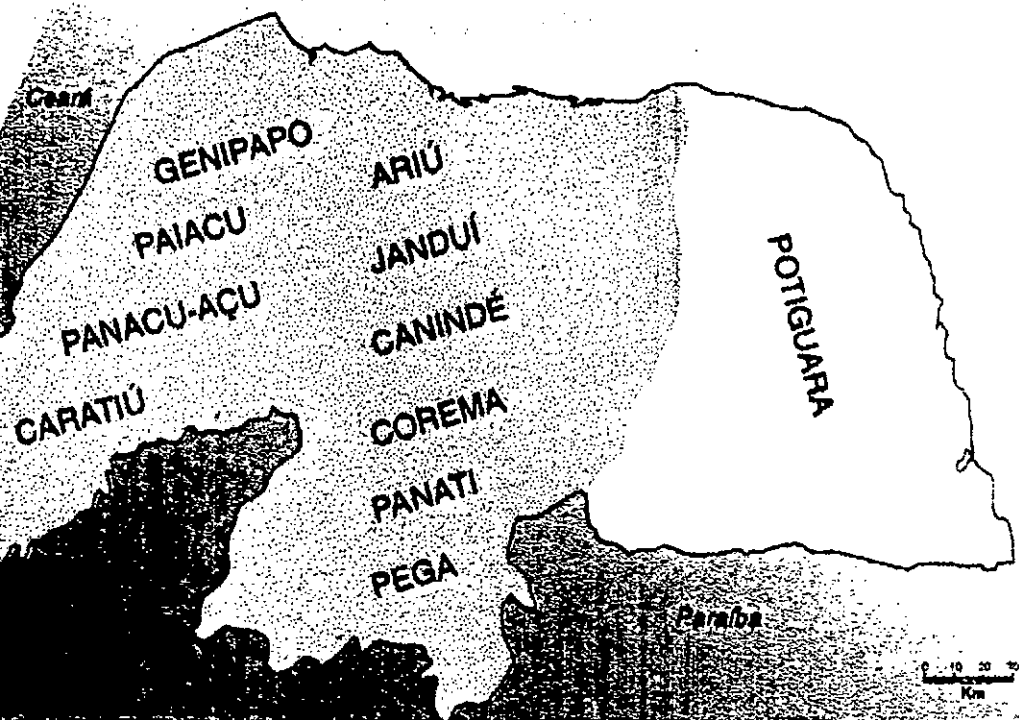
**Fonte:** Missões religiosas: índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte. UFPE, 1999. Dissertação de Mestrado. Profa. Fátima Martins Lopes.

**Contribuição:** Profº Luiz Dutra de Sousa Neto

O mapa do Rio Grande do Norte, destacado do Brasil e da América do Sul. O território Tupi avança sob parte do território Tarairiú, sendo que os potiguares habitavam essencialmente o litoral.

# RIO GRANDE DO NORTE CONFIGURAÇÃO E LIMITES ATUAIS





## TERRITÓRIOS INDÍGENAS TRADICIONAIS

- Tupi*
- Tarairiú*

**MAPA 1**



**Mapa nº 04: Aldeamentos e Vilas**

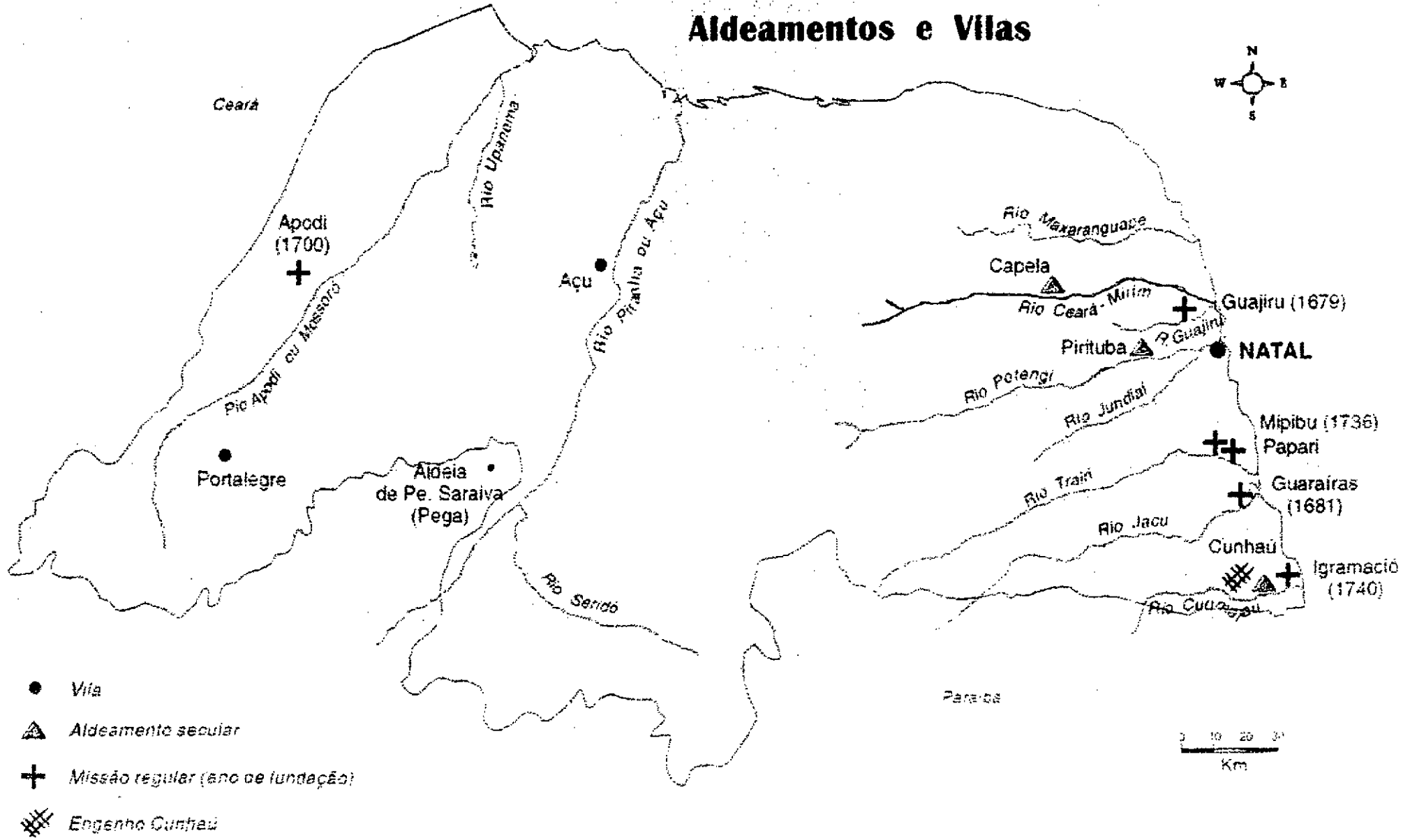
**Fonte:** Missões religiosas: índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte. UFPE, 1999. Dissertação de Mestrado. Profa. Fátima Martins Lopes.

**Contribuição:** Profº Luiz Dutra de Sousa Neto

Mapa do Rio Grande do Norte, no século XVIII, demonstrando a localização das vilas, os aldeamentos, as missões regulares com ano de fundação e o Engenho de Cunhaú. Observa-se que à margem do rio Ceará-Mirim encontra-se o aldeamento de Capela, não havendo outro próximo ao rio.

# RIO GRANDE DO NORTE

## Aldeamentos e Vilas



- Vila
- ▲ Aldeamento secular
- + Missão regular (ano de fundação)
- ⊠ Engenho Cunhau

MAPA 4

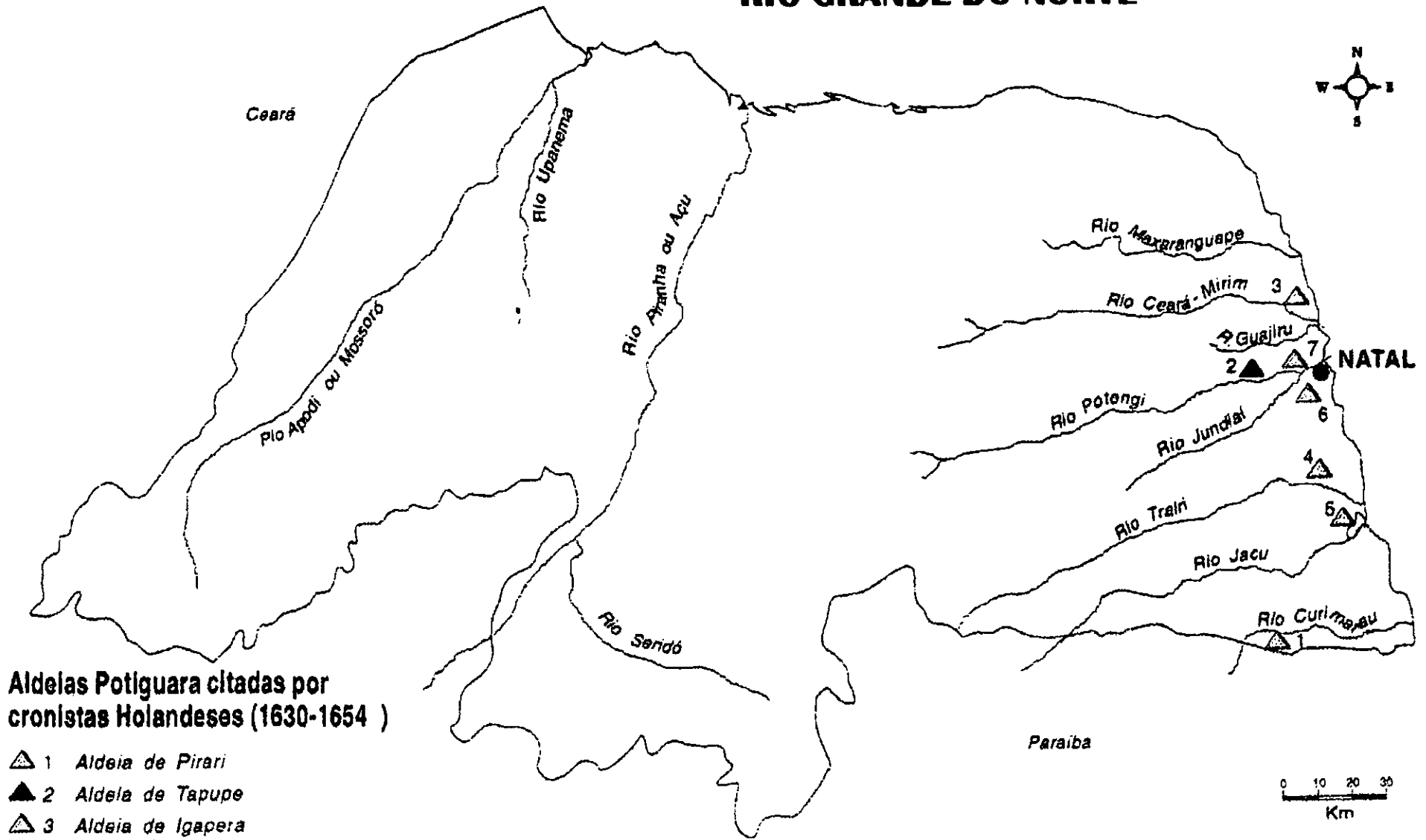
**Mapa nº 05:** Aldeias Potiguara citadas por cronistas holandeses (1630-1654)

**Fonte:** Missões religiosas: índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte. UFPE, 1999. Dissertação de Mestrado. Profa. Fátima Martins Lopes.

**Contribuição:** Prof<sup>o</sup> Luiz Dutra de Sousa Neto

Mapa do Rio Grande do Norte, com indicações das sete aldeias potiguara, de acordo com as informações dos cronistas holandeses. A aldeia Tapupe (Tapure), está localizada próxima ao rio Potengi e não ao rio Ceará-Mirim, não sendo possível que tenha dado origem a Taipu.

# RIO GRANDE DO NORTE



## Aldelas Potiguara citadas por cronistas Holandeses (1630-1654 )

- ▲ 1 Aldeia de Pirari
- ▲ 2 Aldeia de Tapupe
- ▲ 3 Aldeia de Igapera
- ▲ 4 Aldeia de Mipibu
- ▲ 5 Aldeia de Aranum
- ▲ 6 Aldeia de Orange (Antônio Paraupaba)
- ▲ 7 Aldeia de Jaraguá

MAPA 3

**Mapa nº 06:** Estado do Rio Grande do Norte - Zonas Homogêneas

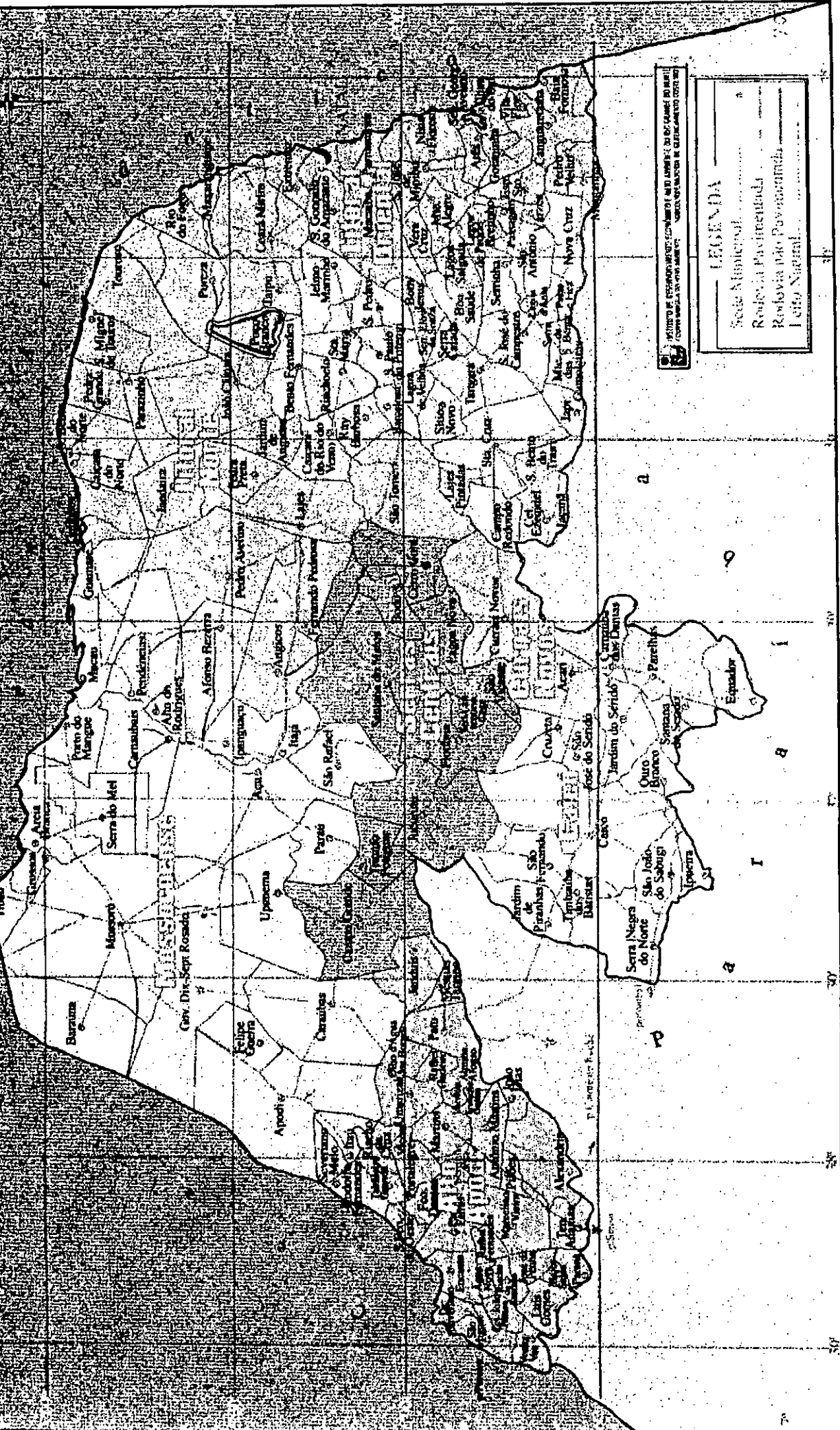
**Fonte:** IDEC

**Contribuição:** Profº Luiz Dutra de Sousa Neto

Mapa com Poço Branco em destaque, localizado na região *Litoral Norte*. Entretanto, também considera-se como pertencente à região Agreste, Serra Verde Potiguar, na micro-região do Mato Grande.

# Estado do Rio Grande do Norte

## Zonas Homogeneas



MINISTRO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO BRASIL  
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

-----	-----
-----	-----
-----	-----
-----	-----

LEGENDA

- Sede Municipal
- Rodovia Pavimentada
- Rodovia não Pavimentada
- Rio Natural

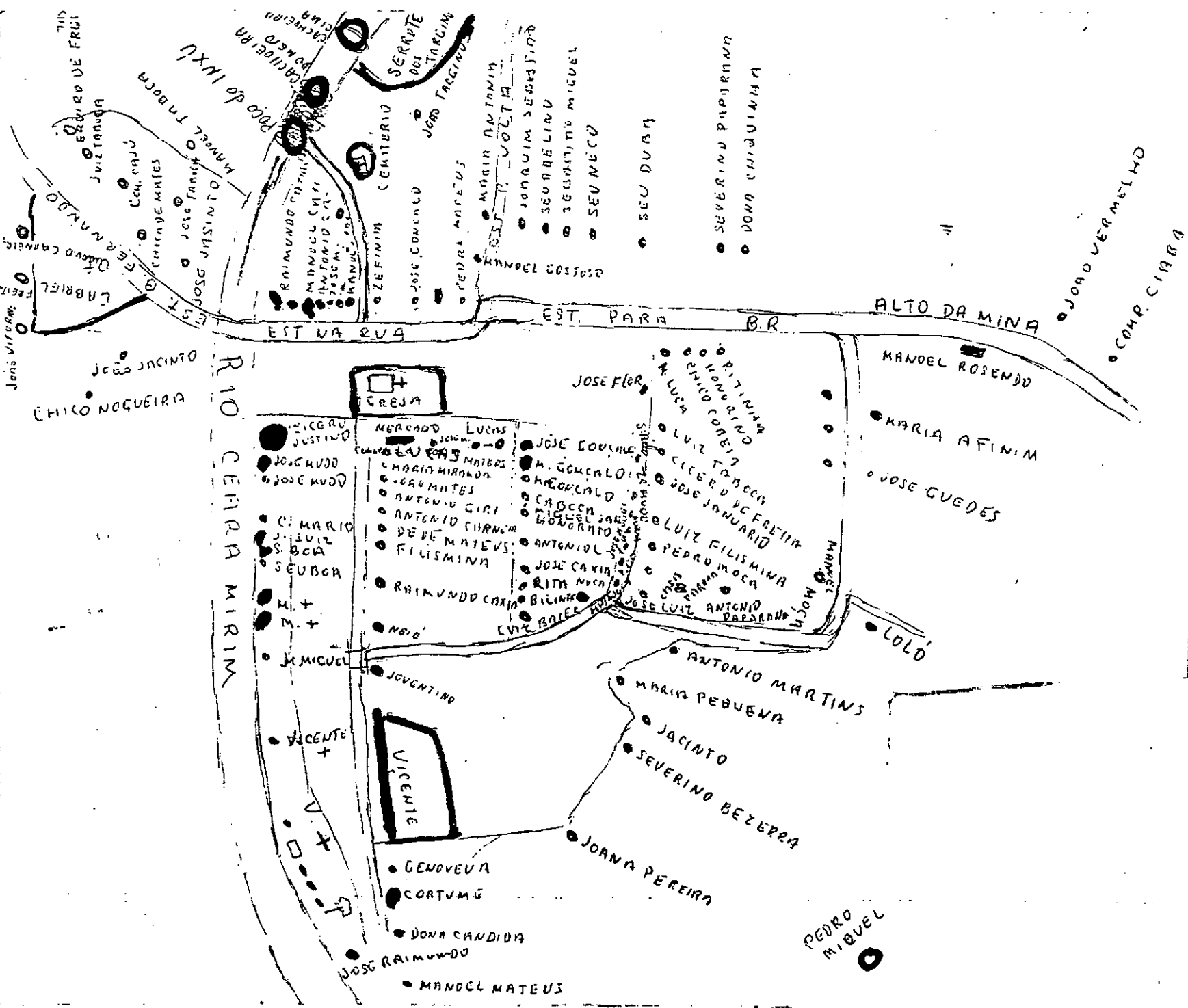
50° 30' 00" W 50° 00' 00" W 49° 30' 00" W 49° 00' 00" W 48° 30' 00" W 48° 00' 00" W 47° 30' 00" W 47° 00' 00" W 46° 30' 00" W 46° 00' 00" W 45° 30' 00" W 45° 00' 00" W 44° 30' 00" W 44° 00' 00" W 43° 30' 00" W 43° 00' 00" W 42° 30' 00" W 42° 00' 00" W 41° 30' 00" W 41° 00' 00" W 40° 30' 00" W 40° 00' 00" W 39° 30' 00" W 39° 00' 00" W 38° 30' 00" W 38° 00' 00" W 37° 30' 00" W 37° 00' 00" W 36° 30' 00" W 36° 00' 00" W 35° 30' 00" W 35° 00' 00" W 34° 30' 00" W 34° 00' 00" W 33° 30' 00" W 33° 00' 00" W 32° 30' 00" W 32° 00' 00" W 31° 30' 00" W 31° 00' 00" W 30° 30' 00" W 30° 00' 00" W 29° 30' 00" W 29° 00' 00" W 28° 30' 00" W 28° 00' 00" W 27° 30' 00" W 27° 00' 00" W 26° 30' 00" W 26° 00' 00" W 25° 30' 00" W 25° 00' 00" W 24° 30' 00" W 24° 00' 00" W 23° 30' 00" W 23° 00' 00" W 22° 30' 00" W 22° 00' 00" W 21° 30' 00" W 21° 00' 00" W 20° 30' 00" W 20° 00' 00" W 19° 30' 00" W 19° 00' 00" W 18° 30' 00" W 18° 00' 00" W 17° 30' 00" W 17° 00' 00" W 16° 30' 00" W 16° 00' 00" W 15° 30' 00" W 15° 00' 00" W 14° 30' 00" W 14° 00' 00" W 13° 30' 00" W 13° 00' 00" W 12° 30' 00" W 12° 00' 00" W 11° 30' 00" W 11° 00' 00" W 10° 30' 00" W 10° 00' 00" W 9° 30' 00" W 9° 00' 00" W 8° 30' 00" W 8° 00' 00" W 7° 30' 00" W 7° 00' 00" W 6° 30' 00" W 6° 00' 00" W 5° 30' 00" W 5° 00' 00" W 4° 30' 00" W 4° 00' 00" W 3° 30' 00" W 3° 00' 00" W 2° 30' 00" W 2° 00' 00" W 1° 30' 00" W 1° 00' 00" W 0° 30' 00" W 0° 00' 00" W

**Mapa nº 07: Poço Branco Velho**

**Fonte:** Acervo pessoal de Raimundo Rodrigues da Silva

**Contribuição:** Raimundo Rodrigues da Silva

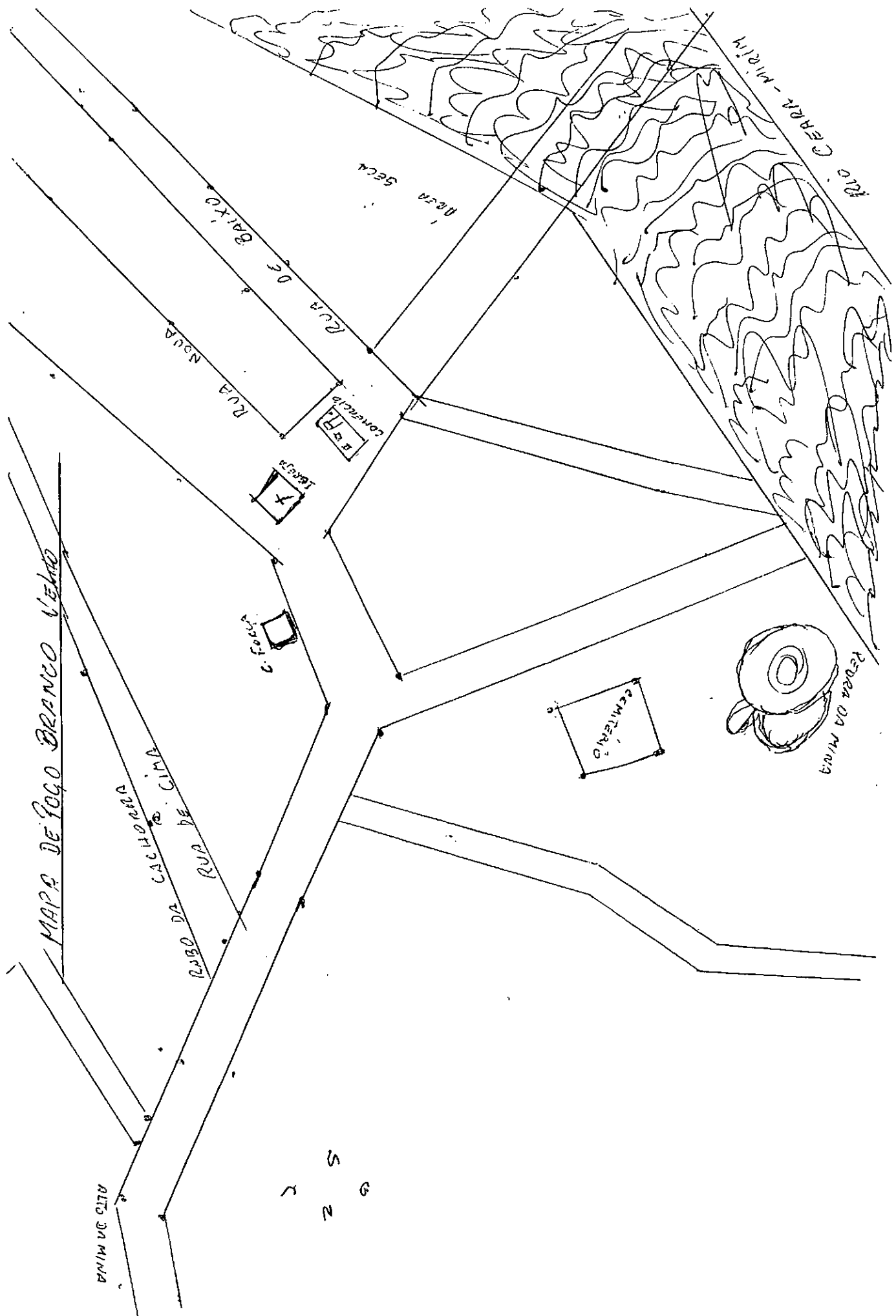
Mapa desenhado manualmente por Raimundo Rodrigues da Silva, demonstrando as principais vias da localidade, às margens do rio Ceará-Mirim, na segunda metade do século XX. Localiza o rio, o cemitério, a igreja, o Poço do Enxu, a cachoeira do meio e de cima, o serrote dos Targino, o Alto da Mina e as pouco mais de oitenta casas do povoado além das respectivas famílias a que pertenciam.





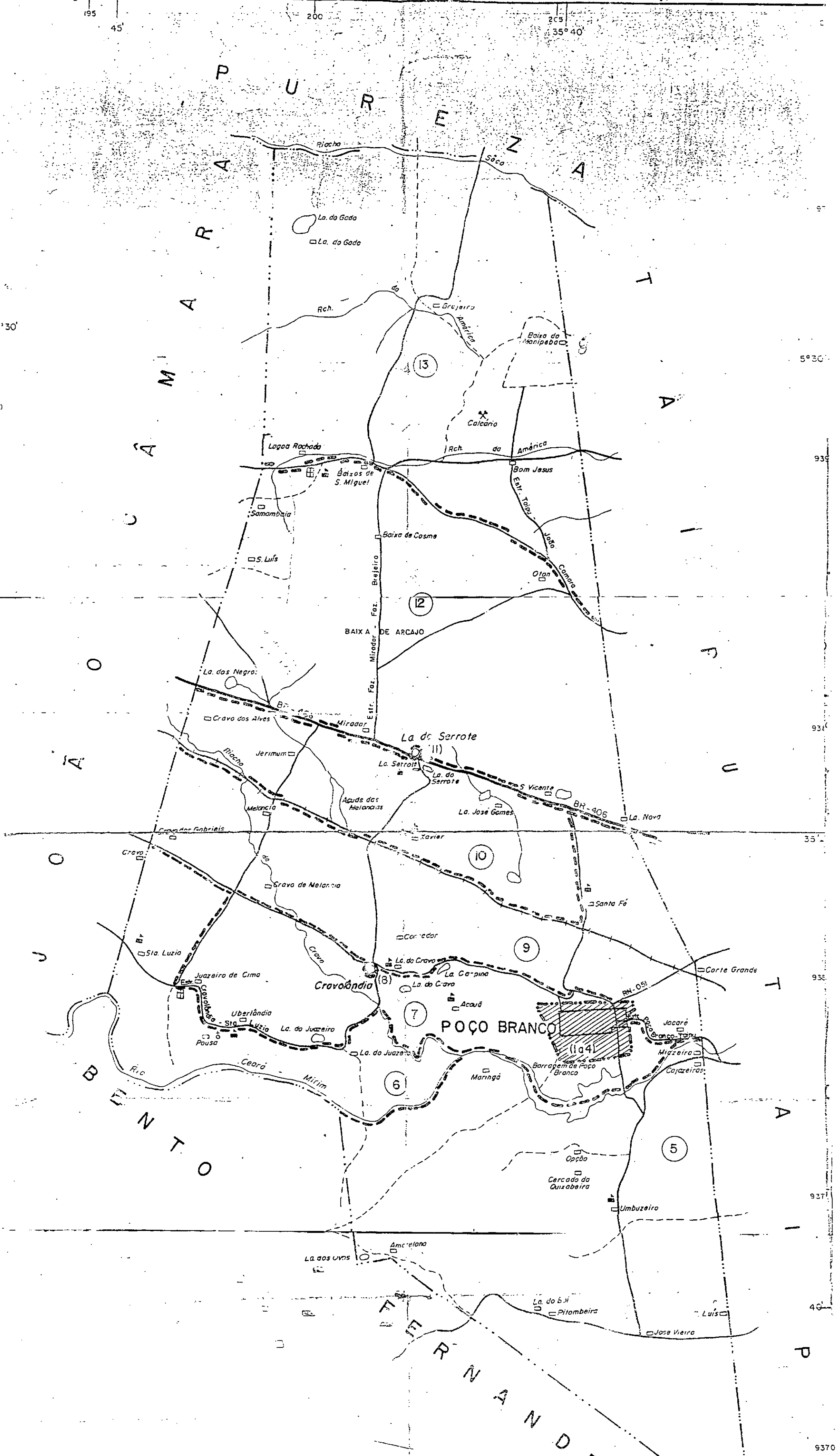
**Mapa nº 08: Planta de Poço Branco Velho**  
**Contribuição: Lauro Guedes da Fonseca**

Mapa desenhado manualmente pelo Senhor Lauro Guedes da Fonseca, artista da terra, demonstrando a Pedra da Mina, o cemitério, a casa de força, a igreja, o comércio, o Rabo da Cachorra, o Alto da Mina e as ruas de cima, de baixo e rua nova.



**Mapa nº 09: Município de Poço Branco**  
**Fonte: IBGE - Acervo do Autor**

Mapa com a demarcação dos limites do município de Poço Branco, incluindo todas as localidades, perímetro urbano, lagoas, açudes, rodovia BR 406 e RN 051, algumas estradas e a mina de calcário.



CONVENÇÕES ESTATÍSTICAS

- LIMITES
- SETOR 1990
  - ZONA DE TRABALHO
  - ZT COINCIDENTE COM SETOR 1990
  - PERÍMETRO URBANO PARA FINS CENSARIOS
- IDENTIFICAÇÃO
- Nº DO SETOR 1990 (a 10)
  - Nº DA ZT (a 10)

IELMO MARINH

LIBERADO/88  
ATUALIZADO: FEV/90  
REVISTO DEZ/78

## **11.2 - FOTOS**

**1. Título:** Capela Coração de Jesus

**Período:** 1964

**Foto:** Antônio Rodrigues da Silva

**Fonte:** Acervo de Raimundo Rodrigues da Silva

Foto da Capela Coração de Jesus, de Poço Branco Velho, quando já estava abandonada e prestes a ser inundada pelas águas da barragem. A capela foi demolida e suas pedras foram utilizadas na construção da nova igreja de Poço Branco. Observa-se os sete patamares onde os jovens se encontravam nas noites para conversar e contar casos e histórias. A capela foi construída em 1912, por iniciativa de Pedro Leite. Foto ampliada em 250% da original.

**2. Título:** Família no rio

**Período:** 1958

**Foto:** Manoel Ferreira da Cruz

**Fonte:** Acervo de Raimundo Rodrigues da Silva

A foto demonstra o Sr. Raimundo Rodrigues da Silva e Dona Zélia Ferreira da Silva; os meninos Jairo de Souza e Rogério Rodrigues da Cruz. A foto demonstra a Cachoeira do Meio, época da seca, quando o Sr. Raimundo Rodrigues acompanhava as três jovens para conhecer o rio. O local era um das únicas alternativas de lazer em Poço Branco Velho.

**3. Título:** Cartão de Final de Ano

**Período:** 1959

**Foto:** DNOS

**Fonte:** Acervo de Raimundo Rodrigues da Silva

O cartão demonstra o canteiro de obras da barragem em construção, com o lago ainda em formação. A direita a Torre da Casa de Máquinas onde se localizam as comportas que regulam a vazão das águas, quando ainda não havia sido atingida pelo lago. O cartão foi enviado pelo DNOS, através do Engenheiro Nilson Rocha, diretor regional do órgão, ao Sr. Raimundo Rodrigues da Silva, calculista da obra.

**4. Título:** Barragem de Poço Branco

**Período:** Janeiro de 1997

**Foto:** Sergio Cavalheiro

**Fonte:** Acervo do autor

Foto demonstrando quase toda a extensão da parede da barragem, inclusive da torre. Foto batida do alto da estrada que liga Poço Branco e as localidades de Alto Vermelho, Lagoa do Boi e Inhandú. Ao fundo, a cidade de Poço Branco, quase imperceptível entre os coqueiros, existentes em grande quantidade.

**5. Título:** Torre da casa de máquinas

**Período:** Janeiro de 1997

**Foto:** Sergio Cavalheiro

**Fonte:** Acervo do autor

O acesso a Torre da Casa de Máquinas é feito pelo corredor que a liga a barragem. Nesta ocasião o nível das águas estava 13 metros abaixo do corredor, faltando 8 metros para que a barragem atingisse seu limite máximo e sangrasse.



Foto 1 - Capela Coração de Jesus



Foto 2 - Família no rio





Foto 3 - Cartão de final de ano



O engenheiro  
chefe do 5º DFOS  
do departamento  
nacional de obras  
de saneamento  
e seus auxiliares,  
desejam a v. excia.  
e exma. família,

feliz natal  
e  
próspero  
ano novo

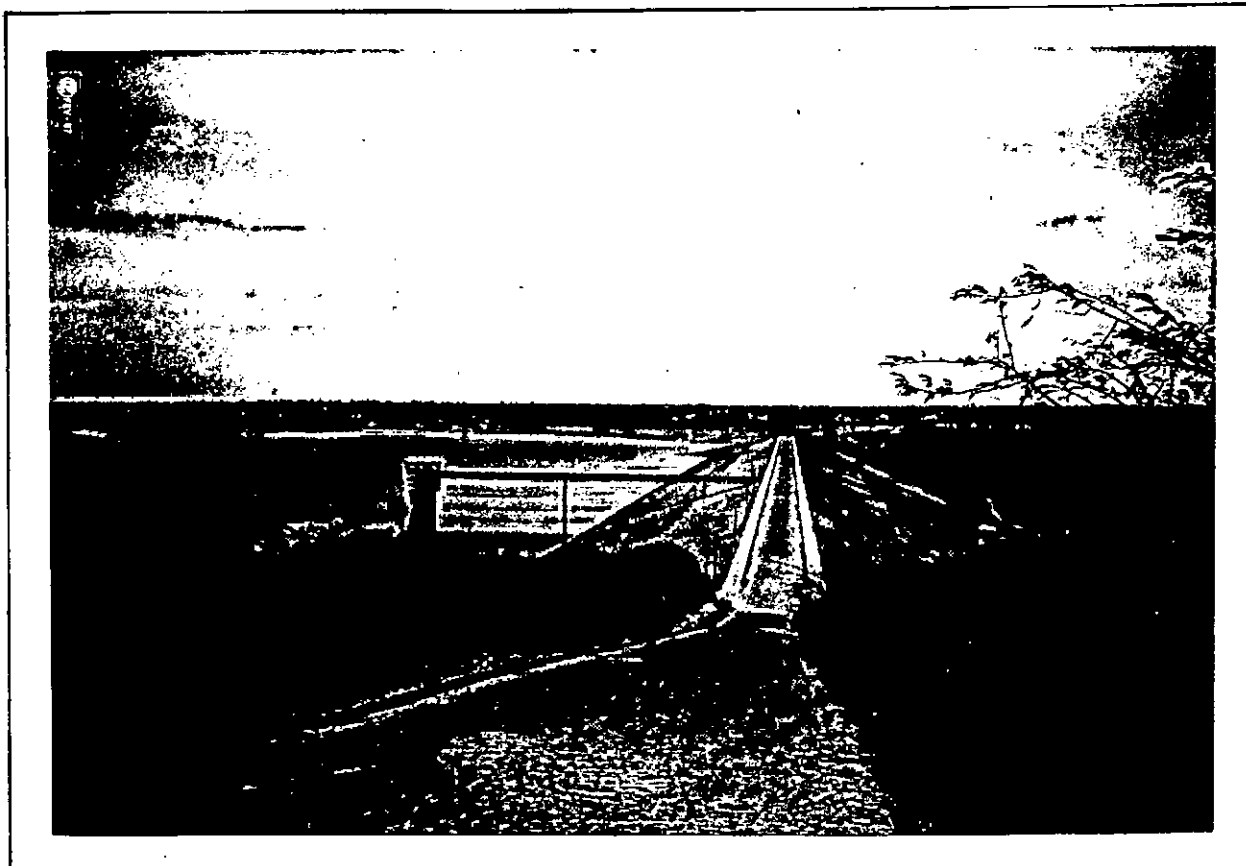


Foto 4 - Barragem de Poço Branco



Foto 5 - Torre da casa de máquinas

**6. Título:** A torre e o tempo

**Período:** Janeiro de 1999

**Foto:** Sergio Cavalheiro

**Fonte:** Acervo do autor

A foto em preto e branco demonstra a falta de manutenção da barragem pelo DNOS. Os vidros quebrados e a falta de iluminação de toda a extensão da barragem, apesar dos postes, escondem um problema maior: um defeito nas comportas fez com que o nível das águas do lago ficasse bem abaixo do normal, que está demonstrado na foto seguinte e na anterior. O problema se agravou no período de estiagem de 1998 e 1999.

**7. Título:** O nível das águas

**Período:** Janeiro de 1997

**Foto:** Sergio Cavalheiro

**Fonte:** Acervo do Autor

O nível das águas do lago deixa sua marca nas pedras da barragem, demonstrando o limite máximo de contenção de águas que, se superado, faz com que a barragem comece a sangrar, proporcionando um espetáculo que atrai visitantes de várias regiões.

**8. Título:** Pôr do sol na barragem

**Período:** Janeiro de 1999

**Foto:** Sergio Cavalheiro

**Fonte:** Acervo do autor

O entardecer na barragem oferece um belo espetáculo: o pôr do sol visto do mirante.

**9. Título:** O vale do rio Ceará-Mirim

**Período:** Janeiro de 1999

**Foto:** Sergio Cavalheiro

**Fonte:** Acervo do autor

O rio Ceará-Mirim segue seu caminho para Taipu e Ceará-Mirim, até o oceano Atlântico, com reduzido volume de águas.

**10. Título:** O comércio

**Período:** Janeiro de 1999

**Foto:** Sergio Cavalheiro

**Fonte:** Acervo do autor

As bancas da feira colocadas nas tardes de sábado, para a feira dos domingos, no largo do comércio do centro de Poço Branco. À esquerda, o Mercado de Carnes.

**11. Título:** Povoado de Acauã

**Período:** Janeiro de 1997

**Foto:** Sergio Cavalheiro

**Fonte:** Acervo do autor

Vista parcial de Acauã, a 3 quilômetros de Poço Branco.

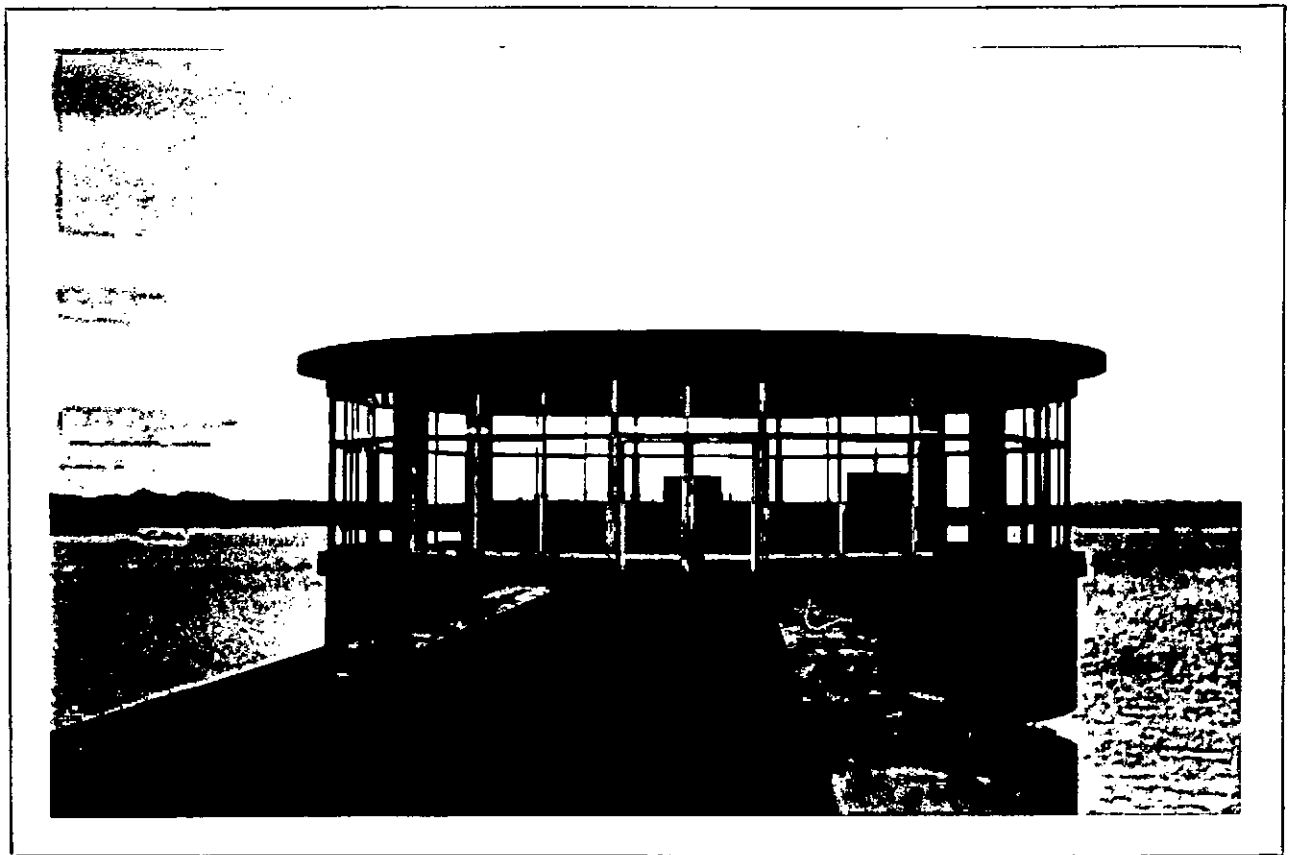
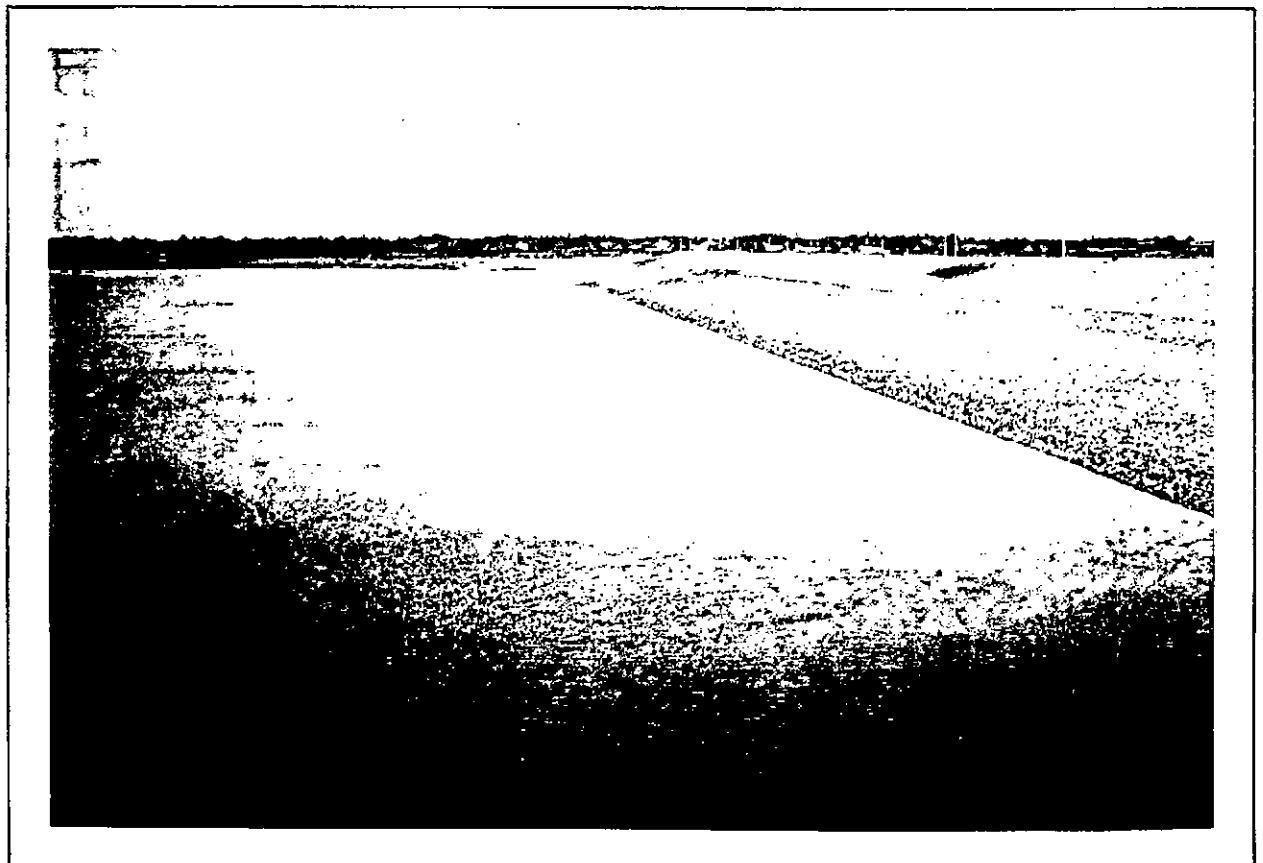


Foto 6 - Torr4 e o tempo

Foto 7 - O n4vel das 4guas





8- O pôr do sol na barragem

9- O vale do rio Ceará-Mirim

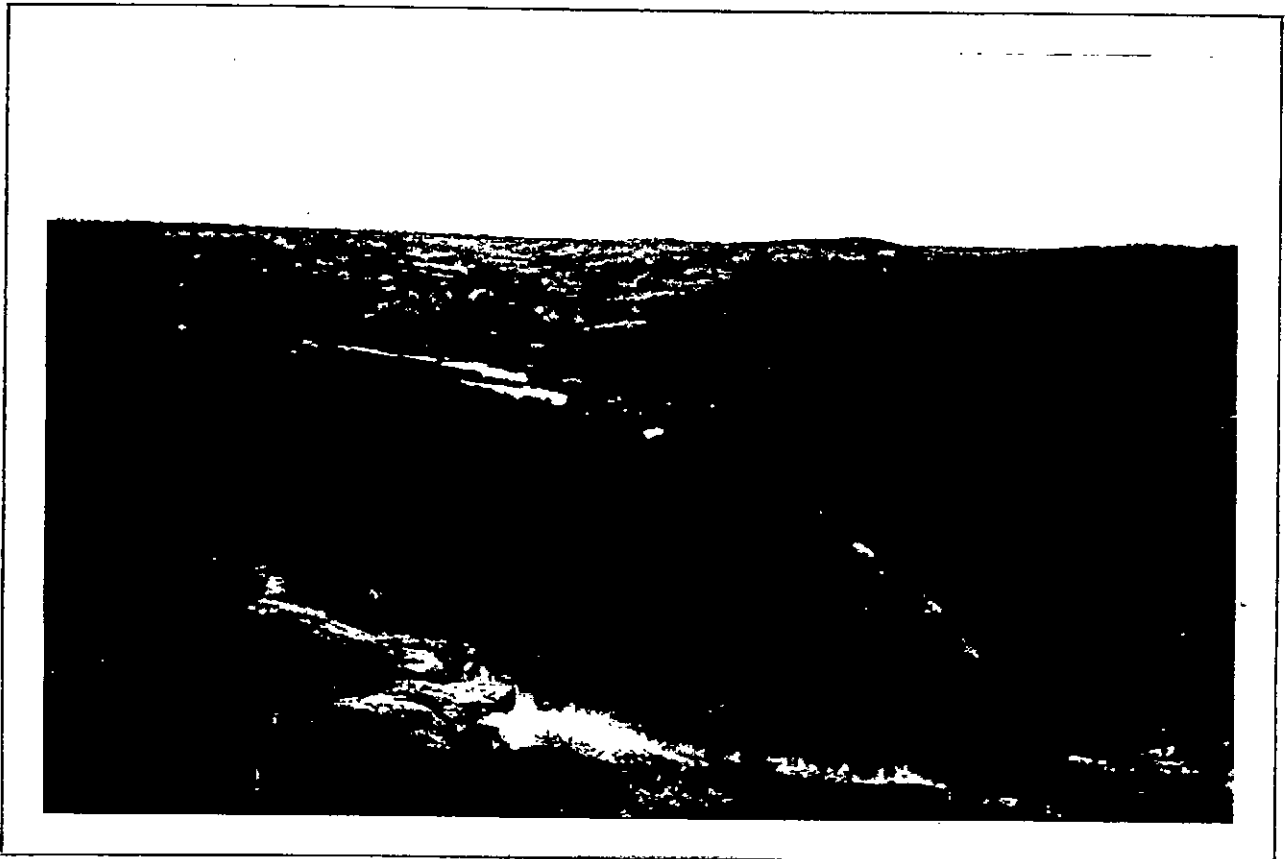




Foto 10 - O comércio

Foto 11 - Povoado de Acauã



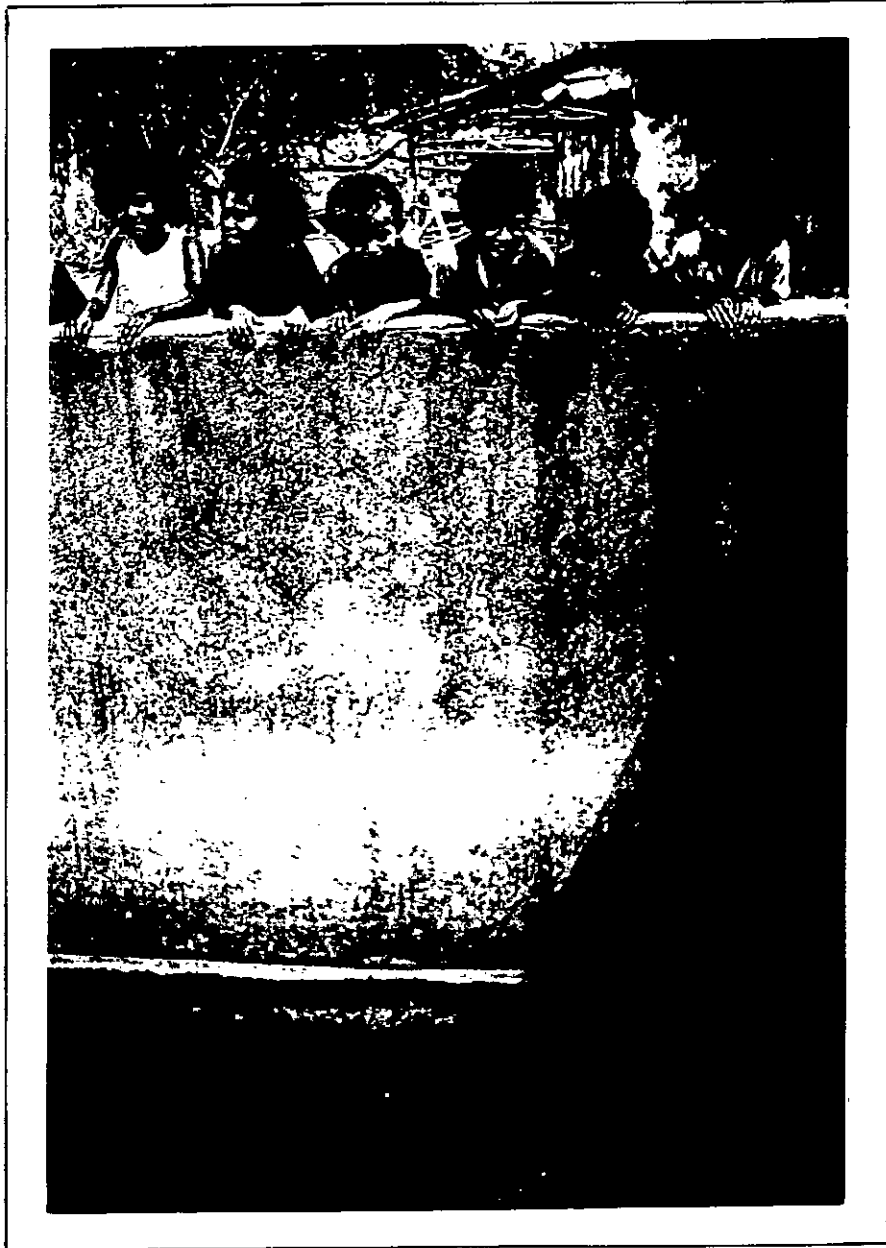


Foto 12 - O tanque das crianças



**12. Título:** O tanque das crianças

**Período:** Janeiro de 1997

**Foto:** Sergio Cavalheiro

**Fonte:** Acervo do autor

Crianças do povoado de Acauã debruçadas sobre a borda do tanque seco. O povoado de Acauã permaneceu por mais de três décadas sem abastecimento de água encanada, sendo que os moradores dedicavam parte do dia a atividade de transportar água do rio, distante cerca de 2 quilômetros. Em janeiro de 1997 um multirão mobilizou moradores, universitários do Projeto Universidade Solidária, Prefeitura e CAERN, instalando 3 quilômetros de encanamento à partir de Contador, trazendo água até o tanque.

**13. Título:** Transporte no interior

**Período:** Janeiro de 1997

**Foto:** Sergio Cavalheiro

**Fonte:** Acervo do autor

Ainda muito comum no interior, o carro puxado por boi é utilizado no transporte da produção, ou mesmo de água. Econômico e não poluente, é a alternativa no interior para buscar água à distância para suprir as necessidades das famílias. Foto da estrada do distrito de Samambaia.

**14. Título:** Desabamento

**Período:** Janeiro de 1997

**Foto:** Sergio Cavalheiro

**Fonte:** Acervo do autor

A região de Poço Branco é atingida por abalos sísmicos causados por uma falha geológica, existente entre os distritos de Samambaia e Baixos de São Miguel, região norte do município. Desde o forte terremoto que atingiu a região em 1987, os diversos abalos menores fazem com que apareçam rachaduras nas paredes e às vezes desabamentos causando insegurança entre os moradores. A residência da foto localiza-se no distrito de Samambaia. Em 1809, um terremoto fez com que os habitantes da região de Poço Branco, inclusive os índios, abandonassem a localidade, partindo para as margens do rio Potengi.

**15. Título:** A seca

**Período:** Janeiro de 1997

**Foto:** Sergio Cavalheiro

**Fonte:** Acervo do autor

Poço Branco apresenta um regime de chuvas mal distribuídas, além de pertencer aos limites do 'Polígono das Secas'. A vegetação de caatinga volta a ficar verdejante quando chega o inverno, resistindo até a próxima estiagem. Foto de um sítio no distrito de Samambaia, próximo ao epicentro dos tremores.

**16. Título:** Extração de calcário

**Período:** Janeiro de 1997

**Foto:** Sergio Cavalheiro

**Fonte:** Acervo do autor

Na região norte do município, a extração de calcário é realizada em propriedade particular, no distrito de Baixos de São Miguel, um dos mais carentes da região.

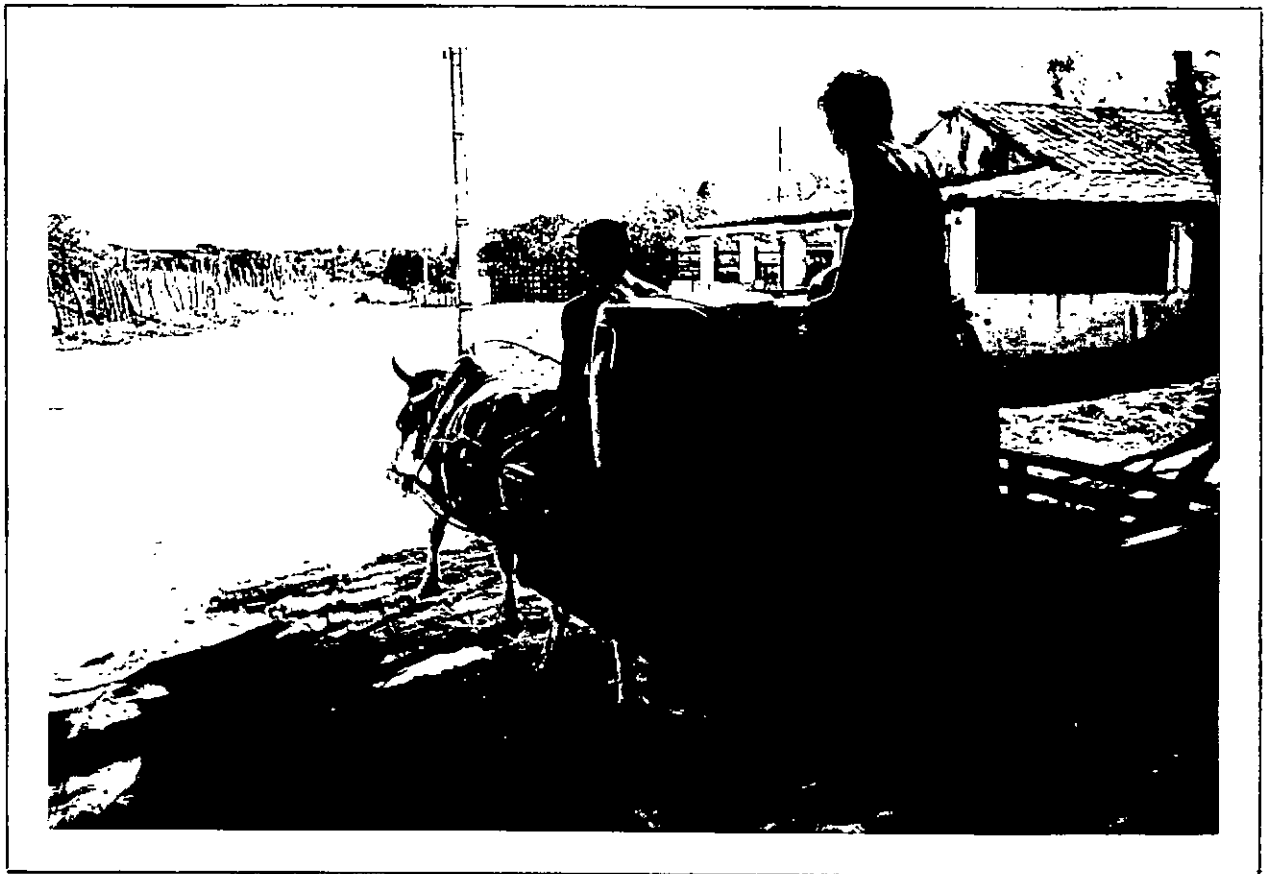
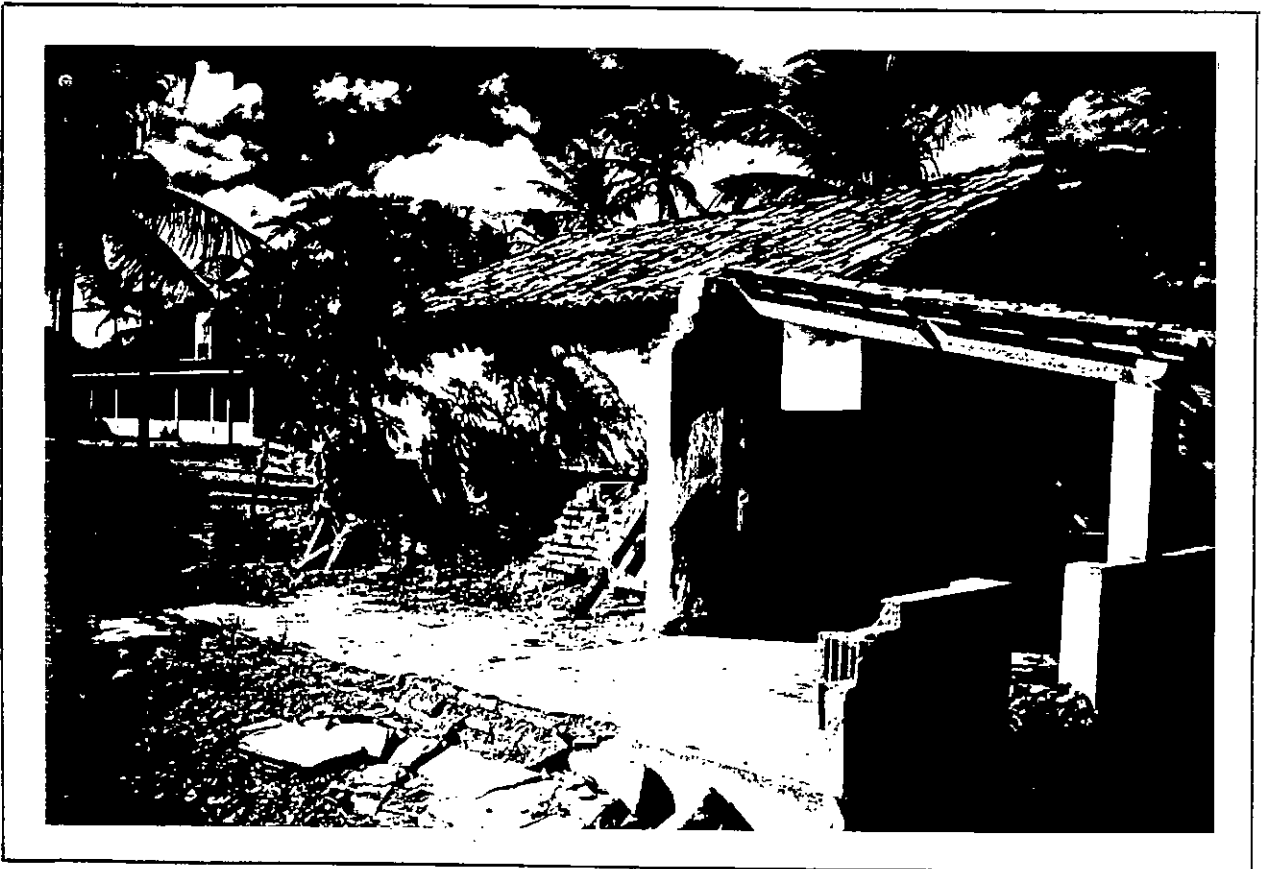


Foto 13 - Transporte no interior

Foto 14 - Desabamento



## **11.3 - DOCUMENTOS**

Diário Oficial - Poder Legislativo

Natal, 27 de julho de 1963.

Página 5

Lei nº 2899, cria o município de Poço Branco, desmembrando do município de Taipu.

# Diário do Poder Legislativo

Presidência do Vice-Governador THEODORICO BEZERRA  
PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA — QUINTA LEGISLATIVA  
LIDERANÇAS

<b>PARLAMENTAR SITUACIONISTA:</b> Dep. CARIBALDI ALVES — Líder Dep. OLAVO MONTENEGRO — 1.º vice-Líder Dep. ERIVAN FRANÇA — 2.º vice-Líder	<b>BANCADA DA OPÇÃO:</b> Dep. MOACYR DUARTE — Líder Dep. MANOEL AVELINO — 1.º vice-Líder Dep. FRANCISCO REVOZADO — 2.º vice-Líder	<b>CRUZADA DA ESPERANÇA (PTB, BRASILEIRO (PTL)):</b> Dep. OLAVO MONTENEGRO — Líder Dep. PATRÍCIO NETO, — 1.º vice-Líder Dep. PAULO GONÇALVES — 2.º vice-Líder	<b>Dep. ASSUNÇÃO DE M. GEDO — Líder</b> <b>Dep. ALVARO MOTA — vice-Líder</b>
--	--	--	---

### COMISSÕES PERMANENTES:

<b>CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA</b> JACIO FIUZA — Presidente MOACYR DUARTE — 1.º vice-Presidente FRANCISCO QUEIROZ — 2.º vice-Presidente ALVARO MOTA EZEQUIEL FERREIRA FRANCISCO REVOZADO MILTON MARINHO PATRÍCIO NETO Suplentes: AGENCIOR MARIA ALZAIR PEREIRA DARY DANTAS FLORIANO BEZERRA CARIBALDI ALVES JOSELYN VILLAZ JOSE FERNANDES OLAVO MONTENEGRO Secretário da Comissão — Func. AMAURY VILLAR DIAS DE REUNIAO ORD. Terça e Quinta, às 14 horas	<b>FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO</b> ERIVAN FRANÇA — Presidente OLAVO MONTENEGRO — 1.º vice-Presidente JOSE FERNANDES — 2.º vice-Presidente Presidente da Comissão: FARELA GARIBALDI ALVES LUCIS DE CARLOS OLAVO MONTENEGRO LUISES BEZERRA Suplentes: AGENCIOR MARIA ASSUNÇÃO DE M. GEDO FRANCISCO BARBALHO FRANCISCO REVOZADO JACIO FIGUEIRA MILTON MARINHO MOACYR DUARTE PATRÍCIO NETO Secretário da Comissão: Func. JOSE GOMES DIAS DE REUNIAO ORDINARIA: Quarta e Quinta (1955) às reuniões plenárias.	<b>EDUCAÇÃO E CULTURA, SAÚDE PÚBLICA E ASSISTÊNCIA SOCIAL</b> AGENCIOR MARIA — Presidente MILTON MARINHO — vice-Presidente DARY DANTAS PAULO GONÇALVES Suplentes: ASSUNÇÃO DE M. GEDO JOSE FERNANDES AGENCIOR MARIA LUISES BEZERRA Secretário da Comissão — Func. VALERIO MARINHO	<b>CONFERIA AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS PÚBLICOS</b> AGENCIOR MARIA — Presidente FRANCISCO BARBALHO — vice-Presidente LUISES BEZERRA Secretário da Comissão — LUISES BEZERRA Secretário da Comissão — LUISES BEZERRA
--	---	---	---

Diretor Geral Substituto — HELIO VASCONCELOS

### ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO NORTE

FONTE: A. N. P. 113  
A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no ato de sua primeira sessão ordinária, de 27 de julho de 1963, aprovou o seguinte texto, com as alterações propostas pelo Sr. Deputado: JOSÉ VELLOSO DE AQUEIRA, em nome do Sr. Administrador do Edifício da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, em Natal, 25 de julho de 1963.

Art. 2.º — O município de Povo Branco será instalado trinta dias a partir da publicação desta lei, cabendo a sua administração a um Prefeito livre, no meioço da Governadoria do Estado, até serem realizadas as eleições para o dito cargo e para os membros da Câmara Municipal.

Art. 3.º — O crédito especial de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) destinados a fazer face às despesas de instalação do Município de Povo Branco, constituindo recurso para tanto, o excesso do orçamento, em 1963, do Poder Executivo, no valor de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) destinados a fazer face às despesas de instalação do Município de Povo Branco, constituindo recurso para tanto, o excesso do orçamento...

Art. 4.º — O Município de Povo Branco será instalado trinta dias a partir da publicação desta lei, cabendo a sua administração a um Prefeito livre, no meioço da Governadoria do Estado, até serem realizadas as eleições para o dito cargo e para os membros da Câmara Municipal.

Art. 5.º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 6.º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 7.º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 8.º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 9.º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 10.º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 11.º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 12.º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 13.º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.